Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3".

Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa 4.

1.2. Aquisição do controle societário pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Cambuhy Investimentos Ltda. e Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

Em 12 de julho de 2017, a Companhia foi comunicada que a J&F Investimentos e a Itaúsa, a Cambuhy e a Brasil Warrant assinaram contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário da Alpargatas. Tal operação foi concluída em 20 de setembro de 2017, após aprovação publicada no D.O.U. Despacho do Superintendente Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), no dia 4 de agosto de 2017. A Itaúsa, a Cambuhy e a Cambuhy Alpa ("Compradores") adquiriram a totalidade das ações de emissão da Alpargatas detidas pela J&F Investimentos S.A., representado por 255.183.112 ações, sendo 207.246.069 ações ordinárias e 47.937.043 ações preferenciais, equivalente a 54,24% do capital social total da Alpargatas, sendo 85,78% do capital social votante e 20,95% do total das ações preferenciais ("Ações Alienadas").

O preço das Ações Alienadas, após os ajustes em razão do pagamento de juros sobre capital próprio à J&F (conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração, realizada em 4 de agosto de 2017) foi de R\$3.479.907 (três bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, novecentos e sete mil reais), sendo o preço por ação equivalente a R\$14,17 por ação ordinária e R\$11,32 por ação preferencial.

Nos termos do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações e em razão da aquisição do controle acionário pelos Compradores por meio da aquisição das Ações Alienadas da J&F, os Compradores realizaram, em 23 de março de 2018, o leilão da oferta pública de aquisição de ações da Alpargatas S.A. (OPA), nos termos do edital publicado em 16 de fevereiro de 2018. Não houve interesse de nenhum acionista em aderir à OPA, permanecendo inalterada a participação acionária.

1.3. Venda das operações de Topper e Rainha

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia, com o objetivo de aumentar o foco em seus negócios mais estratégicos, celebrou com um grupo de investidores liderados pelo Sr. Carlos Roberto Wizard Martins: (a) Contrato de Compra e Venda para alienação de 100% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas às marcas Topper no Brasil e Rainha no Brasil e no mundo; (b) Acordo de Compra e Venda para alienação de 20% da unidade de negócio que compreenderá a totalidade das operações relacionadas à marca Topper na Argentina e no mundo (exceto Estados Unidos e China), atualmente desenvolvida pela controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina ("ASAIC"); e (c) Acordo de Licenciamento de Uso da marca Topper, por período de até 15 anos, nos Estados Unidos e China.

Os fechamentos das operações foram previstos para datas distintas e sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Como previsto na estruturação da transação, em fevereiro de 2016, a Alpargatas segregou a unidade de negócios responsável pelas atividades das marcas Topper e Rainha no Brasil em uma nova companhia, a BRS Comércio e Indústria de Material Esportivo S.A.(BRS), a qual foi adquirida pelos compradores em 2 de maio de 2016 pelo preço de R\$49.836.

Em 14 de setembro de 2018 a Companhia renegociou as condições da operação de venda da unidade de negócios "Topper" na Argentina e substituiu o acordo de compra e venda que havia sido celebrado com Sr. Carlos Roberto Wizard Martins e demais investidores em 3 de novembro de 2015. O novo acordo prevê a alienação entre 20,0% e 22,5% do capital social da ASAIC, dependendo da variação de alguns fatores até a data do fechamento, bem como a alienação da participação acionária remanescente sujeita ao exercício da opção de compra ou da opção de venda, a ser exercida entre 2021 e 2022 previstas no mesmo Acordo.

Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a alienação de 21,8% do capital social da ASAIC. Nesta mesma data ocorreu a alienação de 2,18% do capital da Dialog S.A. ("Dialog") pertencentes a controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. ("Fibrasil").

O preço destas alienações foi de R\$ 100 milhões, com valor de entrada de R\$ 40 milhões pagos pelo comprador em dezembro de 2018, os R\$ 60 milhões restantes farão parte do preço remanescente a ser determinado no momento de exercício (ou não) da opção de venda ou de compra.

O preço determinado para o exercício da opção de venda ou de compra para a participação remanescente do capital social da ASAIC será calculado com a aplicação do múltiplo de 6x sobre o EBITDA da ASAIC no exercício imediatamente anterior ao exercício da opção, estando sujeito a determinados ajustes usuais em transações deste tipo, descontado dos R\$ 40 milhões pagos em dezembro de 2018.

Ainda no contexto dessa operação a Companhia efetuou a compra de 7,82% de participação do capital social da Dialog pertencentes à controlada Fibrasil pelo valor de R\$ 1.494.

Os novos percentuais de participação societário das empresas envolvidas nessa transação estão demonstrados na nota explicativa 4.

1.4. Licenciamento da marca Timberland

Em 13 de maio de 2016, a Companhia divulgou por meio de fato relevante que, a partir de janeiro de 2017, não seria mais a representante da marca Timberland no Brasil. Esta decisão estava alinhada com a estratégia da Companhia em relação ao seu posicionamento no mercado de artigos esportivos.

1.5. Redomiciliação e incorporação - Alpargatas International S.L.

Em 5 de dezembro de 2016 foi concluído o processo de redomiciliação da Alpargatas International S.L., nova razão social da Alpargatas International ApS, de Copenhague (Dinamarca) para Madri (Espanha). Esta mudança de domicílio da *holding* europeia deu-se por questões estratégicas de crescimento dos negócios.

Em 25 de abril de 2018, a Alpargatas International S.L. foi incorporada pela controlada Alpargatas Europe S.L.U., ambas domiciliadas em Madri (Espanha). Com a incorporação a Alpargatas Europe S.L.U. passou a deter participação direta em todas as subsidiárias localizadas na Europa e a operação nos Estados Unidos.

1.6. Início de novas operações

Em janeiro de 2018 iniciou a operação da controlada Alpargatas Colômbia SAS e sua atividade principal é a comercialização de produtos da marca Havaianas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Em maio de 2018 iniciou a operação da controlada Alpargatas Asia Ltd. (Hong Kong) e sua atividade principal é a representação comercial da marca Havaianas.

1.7. Joint Venture Alpargatas India

Em 11 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu as negociações com a Periwinkle Fashions Private Limited ("Periwinkle"), para constituição na República da India de uma *joint venture*, a Alpargatas India Fashions Private Limited ("Alpargatas India").

A Alpargatas India desenvolverá o negócio de "Havaianas" e será detida pela Alpargatas e Shoezone Lifestyle LLP ("Shoezone"), sociedade controlada da Periwinkle na proporção inicial de 51% e 49%, respectivamente.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

O Conselho de Administração e a Diretoria autorizaram a emissão dessas demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2019.

2.2. Mudanças nas principais políticas contábeis

a) CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores.

O CPC 47/IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

Como a transferência de riscos e benefícios geralmente coincide com a transferência de controle dos produtos, o momento do reconhecimento da receita de venda de produtos não foi impactado pela adoção dessa nova norma. Adicionalmente o Grupo vem aprimorando os controles relacionados ao momento de reconhecimento da receita de venda de produtos.

O Grupo possui com determinados clientes contrato de acordo comercial que permite alguns descontos especiais, que eram contabilizados no momento do reconhecimento da receita como "despesas com vendas" e a partir de 2018 estão sendo contabilizados como redutor da receita de vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

A Companhia contabilizou como redutor de receita de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$23.248 na controladora e R\$25.855 no consolidado.

b) CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo perdas de créditos esperadas.

Classificação e mensuração – ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requisitos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros do Grupo, os impactos decorrentes da reclassificação são os seguintes:

	Ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Totais ativos financeiros	Ao valor justo por meio de resultado – VJR	Custo amortizado	Totais ativos financeiros
Saldo em 31/12/2017 (CPC 38/IAS 39)	565.122	972.540	1.537.662			
Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado	(565.122)	-	(565.122)	565.122	-	565.122
Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado	-	(972.540)	(972.540)	-	972.540	972.540
Saldo em 01/01/2018 (CPC 48/ IFRS 9)				565.122	972.540	1.537.662

A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada de forma que continuam sendo mensurados a custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo por meio do resultado o Grupo reconhece a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável (impairment) – ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Para o contas a receber, o Grupo adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

O Grupo reconheceu nos saldos contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 como lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

	Ajuste de adoção inicial IFRS 9
Perdas de crédito esperadas	(6.675)
Impostos diferidos Total reconhecido em lucros acumulados no patrimônio líquido	2.022 (4.653)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Para outros ativos financeiros, as perdas de crédito esperadas baseiam-se em um período de doze meses, o qual representa uma proporção do período contratual total do instrumento, onde se estima a possibilidade de ocorrência de inadimplência com relação ao ativo financeiro em um período de doze meses da data de apresentação das demonstrações financeiras. No entanto, quando houver um aumento significativo do risco de crédito original, a provisão será baseada nas perdas de crédito esperadas para o período total contratual do ativo.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial e ao estimar a sua perda esperada de crédito, o Grupo considera informações razoáveis e sustentáveis, que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Tais informações incluem análises tanto quantitativas quanto qualitativas, baseadas na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito existente, a qual inclui informações prospectivas.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos à *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

Hedge Accounting

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros prevê uma abordagem de contabilização de *hedge* com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios do que na atual abordagem prevista no CPC 38/IAS 39. Uma das principais alterações da norma está na mensuração da efetividade. O CPC 38/IAS 39 define o percentual para cálculo (80% a 125%), enquanto, a nova norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

c) Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa ASAIC na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, estoques, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

"Outros resultados abrangentes". Os impactos do poder de compra geral a partir de 1° de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 28 — Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);

- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (ao invés da taxa média), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos líquidos da aplicação da norma na controlada ASAIC em 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2018
Estoques	15.524
Imobilizado	124.563
Ajuste do valor recuperável – imobilizado	(62.133)
Intangível	1.021
Outros	316
Total do ativo	79.291
Passivo	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.823
Total do passivo	19.823
Ajuste de avaliação patrimonial	67.080
Resultado do exercício	(7.612)
Patrimônio Líquido	59.468
Total do passivo e patrimônio líquido	79.291

A demonstração de resultado da ASAIC acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,10270 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste positivo de R\$54.838 (vide nota explicativa 28 – Receitas e despesas financeiras, líquidas) no resultado financeiro referente ao ganho sobre a posição monetária líquida e um impacto negativo de R\$7.612 no lucro líquido.

Adicionalmente, o valor recuperável da unidade geradora de caixa "Têxtil" da ASAIC, estimado com base no valor de venda líquido foi menor que o seu valor contábil após a correção monetária, por isso, uma provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) foi reconhecida no montante de R\$62.133.

2.3. Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento incluem: reconhecimento de vendas, imposto de renda e contribuição social diferido, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para perdas esperadas (*Impairment*), provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, planos de pensão e assistência médica, avaliação do valor recuperável do ágio, vida útil dos bens do imobilizado e intangível, instrumentos financeiros derivativos, evidenciação de economia hiperinflacionária e plano de incentivo de longo prazo.

As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas relacionadas aos itens apresentados. Àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Operações no exterior com moeda funcional diferente do Real

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2c Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária:
- Nota explicativa 7 Reconhecimento da provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 10.1 Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota explicativa 14.1 Teste de redução ao valor recuperável de ágio (impairment);
- Nota explicativa 20 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Nota explicativa 26.2 Plano de incentivo de longo prazo;
- Nota explicativa 30.3 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*").

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o

Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Na nova norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens:

No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

> Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" – Somente pagamento de principal e juros).

Modelos de negócios: Os modelos de negócios refletem a maneira pela qual o Grupo gerencia seus ativos financeiros de forma a gerar fluxo de caixa, ou seja, a partir dos modelos de negócios o Grupo determina se os fluxos de caixa são procedentes do recebimento de fluxo de caixa contratuais ou ambos, recebimento de fluxo de caixa contratual e vendas. Se nenhum desses dois modelos de negócios for aplicável, então tais ativos financeiros são classificados como parte de "outros" modelos de negócios e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Alguns fatores são considerados pelo Grupo na determinação de seus modelos de negócios, que incluem:

- Experiência passada sobre como os fluxos de caixas contratuais são coletados (incluindo avaliação sobre o histórico de vendas dos ativos financeiros);
- Como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros mantidos nos modelos de negócios são avaliados e reportados ao pessoal-chave da Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

SPPJ: A análise se os fluxos de caixa contratuais que consistem somente pagamento do principal e juros (teste de "SPPJ") é exigida se o ativo financeiro for mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, ou em um modelo cujo o objetivo além do recebimento dos fluxos de caixa contratuais seja de venda desses ativos.

No caso da identificação de ativos financeiros que introduzam exposição a riscos e volatilidades e que sejam inconsistentes ao acordo de empréstimo básico, tais ativos são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente: Os instrumentos de dívidas são mensurados em uma das seguintes categorias:

• Custo amortizado: os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, representam somente pagamentos de principal e juros e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por provisão para perda de crédito esperada reconhecida e mensurada de acordo com metodologia especificada na nota explicativa 7. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): os ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido, exceto pelo reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, receita de juros e ganhos/perdas sobre variação cambial que são reconhecidos no resultado do período. A receita de juros desses ativos financeiros está incluída na demonstração do resultado na rubrica de "receitas financeiras" usando o método da taxa de juros efetiva.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros que não atendem os critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos/perdas do instrumento de dívida que são subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge*, para os quais os riscos protegidos são mensurados ao valor justo e passivos financeiros designados ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para os passivos mensurados ao valor justo, na designação inicial, a parcela correspondente as variações do risco de crédito próprio da Companhia (denominado "DVA – Debit Valuation Adjustment") é registrada em outros resultados abrangentes (sem reciclagem para o resultado).

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

As reclassificações dos ativos financeiros ocorrem apenas se algum modelo de negócios do Grupo for alterado, dessa forma sendo infrequente a ocorrência de reclassificações. No caso da ocorrência de reclassificação, a mesma é aplicada de forma prospectiva (a partir da data de reclassificação).

Os passivos financeiros não são reclassificados.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são representados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e elegível de composição dos montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de "hedge"

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Hedges de fluxo de caixa

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por "hedge" afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por "hedge" resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

e) Receita operacional

A companhia e suas controladas adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1° de janeiro de 2018. As informações sobre as alterações introduzidas pela norma bem como principais efeitos da sua aplicação e forma de reconhecimento estão descritas na nota explicativa 2.2 a.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiados receberão como retorno pelos serviços prestados em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

h) Capital social

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

i) Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

j) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

k) Reclassificações de valores correspondentes

Foram efetuadas algumas reclassificações nos saldos das contas patrimoniais de depósitos judiciais e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para torná-lo comparável com as apresentações feitas das contas patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

			Controladora
	31/12/2017	Reclassificações	31/12/17 (ajustado)
Depósitos judiciais	20.538	(7.062)	13.476
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(42.834)	7.062	(35.772)
Total	(22.296)	•	(22.296)
			Consolidado
	31/12/17	Reclassificações	31/12/17 (ajustado)
Depósitos judiciais	23.255	(7.062)	16.193
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(56.959)	7.062	(49.897)
Total	(33.704)	_	(33.704)

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EM VIGOR

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo Alpargatas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

3.1. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo Alpargatas deverá adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto da adoção inicial dessa norma sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas ainda sujeitas a refinamentos, dentre elas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração a média de curvas de custos de debêntures obtidas junto à instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto real (desconto de inflação);
- fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento que foram estimadas líquidos de PIS e COFINS, com base nos valores de créditos que a Companhia espera obter de créditos desses impostos.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

a) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

O Grupo Alpargatas reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas, depósitos, escritórios e outras instalações conforme descrito na nota explicativa 32.1. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Alpargatas reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Alpargatas anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo Alpargatas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo Alpargatas estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 450.000 mil em 1º de janeiro de 2019, e ativo de direito de uso de R\$ 520.000 mil, resultante dos efeitos estimados das obrigações de arrendamentos e a reclassificação dos pontos comerciais de aproximadamente R\$ 70.000 mil, apresentados atualmente na rubrica de intangíveis para ativos de direito de uso.

b) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

O Grupo Alpargatas não possui nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

c) Transição

O Grupo Alpargatas pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

O Grupo Alpargatas planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4.

O Grupo também planeja aplicar os expedientes práticos previstos na norma relacionados a: (i) não segregação de componentes de não arrendamento existentes nos contratos; e (ii) aplicação de uma taxa única para bens similares aplicáveis a cada país..

3.2. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Transações efetuadas entre as entidades do Grupo ("intercompany"), assim como os saldos, ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras consolidadas. Eventuais perdas não realizadas relacionadas à perda de valor (impairment) do ativo transferido não são eliminadas. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, onde necessário, para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

ii. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

A Companhia considera que controla a investida se, e somente se, possuir todos os seguintes atributos: (a) poder sobre a investida; (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

		Participação (%)		
	Atividade principal		31/12/2017	
Participação direta:				
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Importação e exportação em geral, compra, venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	99,99	99,99	
Alpargatas Imobiliária S.A.	Venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	99,99	99,99	
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha (i)	Importação e comercialização de calçados no mercado europeu	100,00	100,00	
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina (ii)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	78,20	98,35	
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen	Rede varejista de moda <i>Premium</i> com lojas no Brasil e no exterior	60,00	60,00	
Alpargatas Asia Ltd. – Hong Kong	Representação comercial da marca Havaianas	100,00	100,00	
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia	Importação e comercialização de calçados no mercado colombiano	100,00	100,00	
Esportes S.A. (iv)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	95,00		
Alpargatas India Fashions Private Ltd. (iii)	Importação e comercialização de calçados no mercado indiano	51,00		
Dialog S.A. (ii)	Serviços de logística	7,82		
Participação indireta (através da Alpargatas Europe S.L.U.): (i)				
Alpargatas USA Inc Estados Unidos	Importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano	100,00	100,00	
Alpargatas UK Limited - Reino Unido		100,00	100,00	
Alpargatas France S.A.R.L. – França		100,00	100,00	
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	Importação e comercialização de calçados no mercado	100,00	100,00	
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	europeu	100,00	100,0	
Alpargatas Germany GmbH – Alemanha		100,00	100,0	
Alpargatas Greece M.E.P.E Grécia		100,00	100,0	
Participação indireta (através da Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.):				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina (ii)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	-	1,6	
Dialog S.A. (ii)	Serviços de logística	-	10,0	
Esportes S.A. (iv)	Fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino	5,00		
Alpargatas Imobiliária S.A.	Venda e locação de imóveis próprios e participação em outras empresas no país ou no exterior	0,01	0,0	
Participação indireta (através da Alpargatas S.A.I.C Argentina):				
Alpargatas Calzados de Uruguay S.A.	Comercialização de calçados	100,00	100,0	
Dialog S.A.	Serviços de logística	90,00	90,00	

- (i) Em junho de 2018 a Alpargatas Europe S.L.U incorporou a Alpargatas International S.L., conforme mencionado na nota explicativa 1.5;
- (ii) Em 4 de dezembro de 2018 a Companhia efetuou a alienação de 21,8% de sua participação na Alpargatas S.A.I.C. Argentina, adicionalmente nesta mesma data a Fibrasil efetuou a alienação de 100% de sua participação na Alpargatas S.A.I.C. Argentina, e alienação de 100% de sua participação na Dialog S.A., conforme descrito na nota explicativa 1.3;
- (iii) Em 11 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu uma joint venture junto com a Shoezone Lifestyle LLP conforme descrito na nota explicativa 1.7.;
- (iv) Empresa constituída em 2018 no contexto da transação descrito na nota explicativa 1.3.

5. INCENTIVOS FISCAIS - SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores. Tais incentivos têm prazo de validade até 2032 por estarem associados a fomento de atividades industriais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

A Companhia também goza de subvenções federais por meio do lucro da exploração na Região da SUDENE, que perdurarão até 2027.

O valor dessas subvenções e incentivos fiscais é demonstrado como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
(i)	127.586	118.885	
(ii)	14.532	12.161	
(iii)	29.701	30.435	
(iv)	45.744_	22.730	
	217.563	184.211	
	(ii) (iii)	(i) 127.586 (ii) 14.532 (iii) 29.701 (iv) 45.744	

(i) Valores referentes a incentivos no Estado da Paraíba, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consistiu em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" na demonstração do resultado.

- (ii) Valores referentes a incentivos no Estado de Pernambuco, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (iii) Valores referentes a incentivos no Estado de Minas Gerais, usufruídos na forma de apuração de crédito presumido de ICMS. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste na realização de investimentos, faturamento e geração de empregos diretos na fábrica mineira.
- (iv) O valor de R\$45.744 inclui R\$5.045 de incentivo apurado referente ao exercício anterior, porém sem impacto no resultado porque possui o mesmo valor registrado como despesa de imposto de renda.

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos (i)	36.242	35.350	176.225	141.231
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósito bancário - CDBs pós-				
fixados (ii)	273.900	284.258	285.365	292.182
Operações compromissadas pós-fixadas (ii)	56.864	191.126	56.864	195.825
Outras aplicações Alpargatas Colombia S.A.S. (iii)	-	-	328	-
Total	367.006	510.734	518.782	629.238

- (i) O saldo inclui cambiais atreladas à recebíveis de exportação no valor de R\$ 30.392 (2017 R\$ 32.715)
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, os certificados de depósito bancário CDBs e operações compromissadas possuíam remuneração média de 99,63% da taxa de juros dos certificados de depósito interbancário CDI (99,50% em 31 de dezembro de 2017). Já os prazos de vencimento estão distribuídos entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023 com prazo de carência para resgate inferior a três meses e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Alpargatas Colombia S.A.S. possuía aplicações representadas por titulo de renda fixa, com remuneração média de 4,55% a.a., em pesos colombianos, com liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

6.2. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, referem-se a certificados de depósito bancário - CDBs e operações compromissadas pós-fixadas com remuneração média de 100,91% da taxa de juros dos certificados de depósito interbancário - CDI (101,37% em 31 de dezembro de 2017).

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Certificados de depósito bancário - CDBs pós-fixados (i)	22.156	33.271	
Operações compromissadas pós-fixados (i)	-	43.844	
Total	22.156	77.115	

⁽i) Possuem carência para resgate superior a três meses e estão sujeitos ao risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas (*Impairment*), a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento:

		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	739.262	671.070	821.424	754.454
Mercado externo (i)	23.324	31.559	214.543	205.407
Partes relacionadas (nota explicativa 19.2)	111.572	48.563	-	-
Provisão para perdas esperadas (Impairment)	(47.739)	(43.441)	(60.406)	(48.320)
Total	826.419	707.751	975.561	911.541
Parcela do circulante	797.589	707.751	972.499	911.451
Parcela do não circulante	28.829	-	3.063	-

⁽i) As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte-americano, euro, peso argentino e outras moedas.

7.1. Contas a receber de clientes terceiros por idade de vencimento

Mercado Interno

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	679.512	584.232	745.799	653.472
Vencidas:				
Até 30 dias	17.413	32.944	24.323	38.242
De 31 a 60 dias	2.059	7.425	3.559	10.205
De 61 a 90 dias	1.054	1.770	2.511	2.228
De 91 a 180 dias	2.406	2.306	4.876	3.954
Mais de 181 dias	36.818	42.393	40.356	46.353
Total	739.262	671.070	821.424	754.454

Mercado Externo

		Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	18.106	26.228	170.345	174.206
Vencidas:				
Até 30 dias	675	885	19.127	17.034
De 31 a 60 dias	13	585	5.756	3.988
De 61 a 90 dias	7	-	2.723	3.406

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

De 91 a 180 dias	-	-	6.425	1.735
Mais de 181 dias	4.523	3.861	10.167	5.038
Total	23.324	31.559	214.543	205.407

7.2. Provisão para perdas esperadas (Impairment)

As movimentações da provisão para perdas esperadas (Impairment) estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(37.094)	(39.641)
Adições	(20.186)	(26.070)
Baixa e outros movimentos / Variação cambial	13.839	17.391
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(43.441)	(48.320)
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(43.441)	(48.320)
Adoção inicial IFRS 9 em 1° de janeiro de 2018	(5.836)	(6.675)
Adições	(5.651)	(17.678)
Baixas para perda	7.697	10.429
Outros movimentos / Variação cambial	(508)	1.838
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(47.739)	(60.406)

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão de créditos para perdas esperadas (*Impairment*) está demonstrada a seguir:

<u>Mercado</u>	<u>Interno</u>

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	(6.305)	-	(6.305)	-
Vencidas:				
Até 30 dias	(909)	(103)	(1.055)	(103)
De 31 a 60 dias	(473)	(272)	(503)	(272)
De 61 a 90 dias	(318)	(757)	(337)	(757)
De 91 a 180 dias	(837)	(2.487)	(916)	(2.487)
Mais de 181 dias	(34.374)	(35.961)	(35.597)	(37.520)
Total	(43.216)	(39.580)	(44.713)	(41.139)

Mercado Externo

	Controladora		Consolidado
31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	-	(75)	-
-	-	(571)	(171)
-	-	(810)	(307)
-	-	(4.070)	(1.735)
(4.523)	(3.861)	(10.167)	(4.968)
(4.523)	(3.861)	(15.693)	(7.181)
	- - - (4.523)	31/12/2018 31/12/2017	31/12/2018 31/12/2017 31/12/2018 - - (75) - - (571) - - (810) - - (4.070) (4.523) (3.861) (10.167)

Adições e reversões da provisão para perdas esperadas (*Impairment*) são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado nos quadros acima. De acordo com a política de cobrança, os títulos em atraso precisam receber alguma tratativa em até 45 dias e caso não haja uma evolução positiva na

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

negociação em até 90 dias, os mesmos são encaminhados para assessoria de cobrança externa ou para cobrança judicial.

As provisões para perdas esperadas (*impairment*) são reconhecidas de acordo com as normas do CPC48/IFRS 9, com base nos percentuais históricos de perda, segregados por categoria de clientes e de acordo com o *aging* da carteira. Para títulos vencidos acima de 180 dias, os valores são provisionados integralmente, com exceção de casos específicos em que existam garantias reais ou renegociações já aprovadas pela administração e esse montante em 31 de dezembro de 2018 era de R\$2.444 na controladora e R\$4.759 no consolidado.

Na Companhia, para os clientes terceiros no mercado externo, as vendas são realizadas mediante pagamento antecipado, carta de crédito ou garantias específicas, para as demais operações cujos vencimentos ultrapassam 180 dias é constituída provisão para 100% do saldo. Os clientes das Controladas que atuam no exterior são classificados como mercado externo e seguem os mesmos critérios de provisionamento descritos no parágrafo anterior.

As negociações entre partes relacionadas possuem prazos definidos de acordo com o ciclo de conversão de caixa de cada mercado, mas em alguns casos a Administração concede prazos adicionais para garantir a liquidez de caixa.

8. ESTOQUES

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável liquido e por eventuais perdas, quando aplicável.

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	256.827	229.220	464.445	459.997
Produtos em processo	25.150	23.282	40.557	45.064
Matérias-primas	116.090	101.304	132.061	129.594
Importações em andamento	31.368	25.350	69.292	57.527
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	15.524	-
Outros	2.199	2.810	8.451	6.579
Total	431.634	381.966	730.330	698.761

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(3.150)	(9.236)
Adições	(12.313)	(12.552)
Baixas/ Variação Cambial	9.233	10.280
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(6.230)	(11.508)
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(6.230)	(11.508)
Adições	(35.062)	(38.728)
Daiyaa/Variaaãa Cambial	40.000	0.504
Baixas/ Variação Cambial	13.330_	8.564

A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques com base no giro desses estoques, linha de produto e no tempo em que o produto está fora de linha. Adicionalmente, a Companhia efetua avaliação periódica e plano de ação para realização de itens obsoletos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

o. IIII oo loo A lie oo EllAli				
		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Antecipações de imposto de renda e contribuição social		828	305	1.088
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	918	7.806	1.740	8.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -				
ICMS	4.454	8.283	7.631	10.251
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	48	1.744	48	1.744
PIS e COFINS a compensar (i)	185.783	3.739	185.783	3.739
Reintegração de impostos - Plano Brasil Maior	2.173	1.303	2.173	1.303
Crédito ação judicial INSS	6.986	6.988	6.986	6.988
Paex CBS	1.228	1.228	1.228	1.228
Indébito SAT	-	1.254	-	1.254
Recuperação crédito CPBR (ii)	12.098	-	12.098	-
PIS e COFINS s/ insumos (ii)	13.009	-	13.009	-
INSS crédito aviso prévio	5.510	-	5.510	-
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:				
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	2.957	3.258
Antecipações de imposto de renda	-	-	16.911	10.751
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	5.601	9.923
Antecipações de imposto de renda	-	-	2.823	31.541
Impostos de exportação	-	-	2.345	2.609
Crédito tributário IIBB/Pesquero	-	-	14.874	5.266
Alpargatas Colômbia SAS - Colômbia				
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	2.370	-
Outros	1.031	1.061	1.431	2.625
Total	233.238	34.234	285.823	101.722
Parcela do circulante	43.118	24.225	85.544	85.158
Parcela do não circulante	190.120	10.009	200.279	16.564

⁽i) Êxito em ação judicial de COFINS base ICMS no montante de R\$ 181 milhões conforme descrito na nota explicativa 21.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1. Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços.

As origens estão demonstradas a seguir:

		Controladora		Consolidado
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Provisão para perdas esperadas (Impairment)	16.067	14.822	18.058	15.731
Provisão para perda nos estoques, incluindo impostos	11.575	2.125	19.260	7.743
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.709	14.063	10.546	18.750
Provisão para plano de incentivo de longo prazo	2.510	3.562	3.401	3.562
Provisão para perda no valor recuperável do imobilizado (impairment)	837	4.002	837	4.002
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.694	19.192	2.694	19.192

⁽ii) Refere-se a créditos tributários extemporâneos apurados sobre contribuição previdenciária e PIS/COFINS sobre insumos, que foram identificados durante 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	5.607	15.935	15.805
Valor justo de instrumento financeiro derivativo	1.793	200	1.793	200
Redução ao valor recuperável ágio Osklen	43.805	42.670	43.805	42.670
Ajuste a valor presente - Lei 11.638	463	-	985	_
Impostos diferidos sobre lucros não realizados	-	-	6.392	6.651
Variação cambial e juros <i>intercompany</i>	-	-	5.297	_
Outras diferenças temporárias	9.605	6.102	11.570	10.069
Total créditos fiscais brutos	97.058	112.345	140.573	144.375
Passivo				
Ágio na aquisição de controladas amortizado	47.400	10.005	17.400	10.005
fiscalmente (i)	17.466	16.685	17.466	16.685
Valor justo de instrumento financeiro derivativo	154	-	154	-
Ajuste a valor presente – Lei 11.638	-	278	-	278
Variação monetária de depósitos judiciais	7.644	-	7.644	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações				
renegociadas e diferença fiscal na valorização de	-	-	3.365	-
bens do ativo imobilizado				
Ajuste de hiperinflação (IAS 29)	-	-	19.823	-
Valor justo decorrente de combinação de negócios (ii)	-	-	64.074	76.923
Total débitos fiscais brutos	25.264	16.963	112.526	93.886
Total créditos fiscais, líquidos	71.794	95.382	28.047	50.489
Tributos diferidos ativos	71.794	95.382	98.650	106.406
Tributos diferidos passivos	-	-	70.603	55.917
Total créditos fiscais, líquidos	71.794	95.382	28.047	50.489

- (i) A Companhia aproveita, à razão de 1/60 avos, o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., com amortização mensal de R\$400, de janeiro de 2009 até outubro de 2017, com impacto tributário de R\$136 ao mês; e da própria CBS S.A., com amortização mensal de R\$192, de fevereiro de 2015 até janeiro de 2020, com impacto tributário de R\$65 ao mês para fins de IRPJ e CSLL.
- (ii) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apurados sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos quando da aquisição do controle da Osklen. A reversão do passivo ocorre à medida que os intangíveis com vida útil definida são amortizados

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	31/12/2010
2019	30.781
2020	29.248
2021	29.248
2022	26.368
2023 em diante	24.928
Total – consolidado	140.573

21/12/2010

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui crédito tributário sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas no exterior. O valor do crédito tributário, não reconhecido contabilmente, calculado às alíquotas vigentes nos respectivos países está demonstrado a seguir:

	31/12/2018
Alpargatas USA Inc. – Estados Unidos	75.705
Osklen USA Holding Corp - Estados Unidos	14.125
Alpargatas S.A.I.C – Argentina	28.716
Total crédito tributário não constituído	118.546

O crédito tributário sobre os prejuízos fiscais gerados por controladas nos Estados Unidos tem prazo de 20 anos para ser compensado (data de expiração) e na Argentina o prazo para ser compensado é de 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido líquido, para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	70.628	9.179
Efeitos no resultado	24.113	39.060
Efeito no patrimônio líquido	(221)	(221)
Impostos de operações descontinuadas	862	862
Variação cambial e outros movimentos	-	1.609
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.382	50.489
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.382	50.489
Efeitos no resultado	(25.610)	(28.534)
Efeito no patrimônio líquido	2.022	2.022
Variação cambial e outros movimentos		4.070
Saldos em 31 de dezembro de 2018	71.794	28.047

10.2. Correntes

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

		Controladora	Consolidado		
<u>-</u>	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	387.163	356.074	401.613	305.795	
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(131.635)	(121.065)	(136.548)	(103.970)	
Resultado de equivalência patrimonial	(61.751)	(2.306)	-	-	
Benefício dos juros sobre o capital próprio	37.604	51.102	37.604	51.102	
Subvenção para investimento – ICMS	57.947	57.909	57.947	57.909	
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa 5)	40.699	22.730	40.699	22.730	
Crédito tributário Argentina	-	-	-	11.330	
Benefício Pesquisa e Desenvolvimento	2.700	-	2.700	-	
Ajuste de inflação de período anterior	-	-	-	18.421	
Ajuste de Hiperinflação CPC 42/IAS 29	-	-	(13.295)	-	
Prejuízo fiscal não constituído e ajuste de equalização de taxas de controladas no exterior	-	-	(64.681)	(10.885)	
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1.226)	(481)	(1.998)	(196)	
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	(55.662)	7.889	(77.572)	46.441	
Correntes	(30.052)	(16.224)	(49.038)	7.381	
Diferidos	(25.610)	24.113	(28.534)	39.060	
Alíquota efetiva	14%	(2%)	19%	(15%)	

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos tributários (i)	39.670	10.018	39.670	10.018
Processos cíveis	310	400	316	400
Reclamações trabalhistas	2.835	3.058	4.336	5.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

42.815	13.4/6	44.322	16.193

Os depósitos judiciais, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou como receitas financeiras, a atualização monetária dos depósitos judicias no valor de R\$ 23.215.

12. INVESTIMENTOS

Estão representados como segue:

		Controladora
	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos	292.753	410.601
Ágio	123.569	147.893
-	416.322	558.494

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Informações em 31 de dezembro de 2018	Controladas Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas Europe S.L.U.	Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C. Argentina	Alpargatas Colômbia SAS	Terras de Avent.Ind. de Art. Esportivos S.A Osklen	Alpargatas Asia Ltd.(Hong Kong)	Esportes S.A.(Argentina)	Alpargatas India Fashion Private Ltd.	Dialog S.A. Argentina	Total Controladas
Número de ações ou cotas possuídas Total do ativo circulante Total do ativo não circulante Total do passivo circulante Total do passivo não circulante	5.978.752 3.742 1 (1.234)	57.834.570 280.946 49.629 217.520 1.042	10.296.176 9.542 3.234 88	403.138.048 343.268 117.858 279.837 132.790	18.000.000 17.994 5.874 10.405	53.264.602 166.570 231.118 154.216 54.259	1 2.739 - -	95.000 10 - -	51.945.647 5.646 -	140.760 - - - -	
Capital social Participação de não controladores Patrimônio líquido controladores Lucro não realizado nos estoques/Ganho não realizado venda ativo	5.979 - 4.977 -	444 - 112.013 (7.931)	10.296 - 12.688 -	52.944 47 48.452 (1.596)	20.373 - 13.463 (1.626)	80.209 75.685 113.528 (1.255)	7.766 - 2.739 -	10 - 10 -	5.646 2.766 2.880	- - - -	
Receita líquida do exercício	4.977	104.082 508.816	12.688	46.856 535.464	11.837 2.309	112.273 246.566	2.739	10	2.880	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício Participação %	(4.314) 100,00	(4.163) 100,00	(i) 753 100,00	(160.726) (78,20	ii) (7.477) (i 100,00	ii) (10.383) 60,00	(iv) (5.005) 100,00	95,00	51,00	7,82	
Valor contábil dos investimentos: Saldo em 31 de dezembro de 2017 Aumento/ Aporte de capital	3.635	92.017	11.935	187.583	20.599	115.431	7.084	15	2.714	41	410.601 30.453
Resultado de equivalência patrimonial Variação cambial dos investimentos Ajuste de Inflação Venda de participação Argentina Compra participação controlada - Dialog Ajuste IFRS 9	(4.314) 4.203 - 1.453	(1.859) 13.924 - - -		(156.330) ((36.758) 57.932 (11.197)	182 \ - - - - -	3.486 - - - (728)	660 - - - -	(5)	166 - - -	(6) 2 - - -	(181.621) (14.140) 57.932 (11.197) 1.453 (728)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.977	104.082	12.688	41.230	11.837	112.273	(v) 2.739	10	2.880	37	292.753

- (i) A diferença de R\$2.304 entre o lucro da Alpargatas Europe S.L.U. e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.
- (ii) A diferença de R\$4.396 entre o lucro da Alpargatas S.A.I.C. Argentina e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques e a mudança de participação da controlada.
- (iii) A diferença de R\$(1.467) entre o lucro da Alpargatas Colômbia e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.
- (iv) A diferença de R\$314 entre o lucro da Terras de Aventuras e a equivalência patrimonial no período refere-se ao lucro realizado na venda de ponto comercial para a controlada.
- (v) Em 31 de dezembro de 2018, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. Osklen era de R\$70.005 (R\$74.204 em 31 de dezembro de 2017).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	Alpargatas International S.L Espanha		Alpargatas Imobiliária S.A.	Alpargatas S.A.I.C Argentina		Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A Osklen		Total
Informações em 31 de dezembro de 2017									
Número de ações ou cotas possuídas	5.978.751	57.734.570		10.296.177	507.021.800		50.914.603		
Total do ativo circulante	275	204.616		8.614	413.474		154.267		
Total do ativo não circulante	3.360	65.458		3.234	58.661		249.839		
Total do passivo circulante	-	167.038		(87)	224.553		125.294		
Total do passivo não circulante	-	1.818		=	56.464		83.814		
Capital social	5.979	229.951		10.296	90.474		80.209		
Participação de não controladores	-	-		-	210		77.999		
Patrimônio líquido	3.635	101.218		11.935	190.908		116.999		
Lucro não realizado nos estoques / Ganho não realizado		(0.001)			(1.4)		/1 ECO\		
venda ativo	2 625	(9.201) 92.017		11.935	(14) 190.894		(1.568)		
	3.635	92.017		11.935	190.094		115.431		
Receita líquida do exercício	-	441.628		108	675.395		229.871		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	200	3.205	(i)	1.188	7.338	(ii)	(29.318)		
Participação - %	100,00	100,00		100,00	98,35	(iii)	60,00		
Valor contábil dos investimentos:									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.985	62.366		10.747	210.127		133.020		420.245
Resultado de equivalência patrimonial	200	1.909	(i)	1.188	7.509	(ii)	(17.589)		(6.783)
Variação cambial dos investimentos	(550)	27.742		-	(30.053)		-		(2.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.635	92.017		11.935	187.583		115.431	(iv)	410.601

⁽i) A diferença de R\$1.296 entre o lucro da Alpargatas Internacional S.L. - Espanha e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro não realizado nos estoques da controlada.

⁽ii) A diferença de R\$171 entre o lucro da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e a equivalência patrimonial no exercício refere-se ao lucro realizado nos estoques da controlada.

⁽iii) Os outros 1,65% de participação da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina são detidos pela controlada Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda, e totalizam R\$3.311 em 31 de dezembro de 2017;

⁽iv) Em 31 de dezembro de 2017, o valor referente a mais valia de ativos e passivos da Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A. – Osklen era de R\$74.204 (R\$81.034 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o ágio em controladas é composto pelos saldos demonstrados a seguir:

	Alpargatas S.A.I.C Argentina	Terras de Avent. Ind. de Art. Esportivos S.A Osklen	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	96.268	51.625	147.893
Saldo em 31 de dezembro de 2018	75.282	48.287	123.569

Investimentos indiretos através da empresa Alpargatas Europe S.L.U.

	Controladas Indiretas									
Informações em 31 de dezembro de 2018	Alpargatas France S.A.R.L França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Alpargatas Greece M.E.P.E.	Total controladas indiretas		
Número de ações ou cotas possuídas	5.000	1	1	2	25.000	10	1			
Total do ativo circulante	12.152	13.443	7.648	4.607	4.027	34.535	530			
Total do ativo não circulante	5.171	1.445	7.595	4.417	448	20.268	68			
Total do passivo circulante Total do passivo não circulante	13.150	3.696	10.274 -	6.608	3.786	152.336 404	586			
Patrimônio líquido/ Patrimônio líquido negativo	4.173	11.192	4.969	2.416	689	(97.936)	11			
Receita líquida do exercício	27.003	17.563	24.705	11.666	5.502	107.043	735			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.012	2.272	1.178	309	125	(37.796)	11			
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
Valor contábil dos investimentos:										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.799	8.002	3.358	1.876	501	(103.795)	-	(87.259)		
Aquisição	_	-	-	-	-		1	1		
Aumento de capital	-	-	-	-	-	50.747	-	50.747		
Resultado da equivalência patrimonial	1.012	2.272	1.178	309	125	(37.796)	11	(32.889)		
Variação cambial dos investimentos	362	918	433	231	63	(7.092)	(1)	(5.086)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.173	11.192	4.969	2.416	689	(97.936)	11	(74.486)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

	Controladas Indiretas									
Informações em 31 de dezembro de 2017	Alpargatas Europe S.L.U Espanha	Alpargatas France S.A.R.L França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas Germany GmbH – Alemanha	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Total controladas indiretas		
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	1	1	2	25.000	10			
Total do ativo circulante Total do ativo não circulante Total do passivo circulante Total do passivo não circulante	143.259 29.632 26.156 1.548	9.361 5.409 11.971	9.726 1.860 3.584	5.300 4.909 6.851	3.366 4.096 5.586	2.464 1.079 3.042	30.470 17.377 151.372 270			
Patrimônio líquido/ Patrimônio líquido negativo	145.187	2.799	8.002	3.358	1.876	501	(103.795)			
Receita líquida do exercício Lucro líquido (prejuízo) do exercício	280.413 31.204	22.108 759	14.535 1.895	17.348 900	8.545 34	4.211 173	94.468 (26.302)			
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00			
Valor contábil dos investimentos: Saldo em 31 de dezembro de 2016 Resultado da equivalência patrimonial	91.999 31.204	1.701 759	5.247	2.051 900	1.298 34	269 173	(75.642) (26.302)	26.923 8.663		
Variação cambial dos investimentos Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.984 145.187	339 2.799	860 8.002	407 3.358	544 1.876	59 501	(1.851) (103.795)	22.342 57.928		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

13. IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

							troladora
			31/12/20)18		3	1/12/2017
	Vida útil depreciação (anos)	Custo	Depreciação acumulada (i)	Liquido	Custo	Depreciação acumulada (i)	Líquido
Terrenos	_	10.321	-	10.321	10.321	-	10.321
Edifícios e construções	10 - 80	365.741	(107.026)	258.715	357.314	(97.340)	259.974
Máquinas e equipamentos	2 - 30	530.365	(251.709)	278.656	508.505	(233.179)	275.326
Móveis e utensílios	10	50.813	(31.095)	19.718	47.181	(27.666)	19.515
Veículos	10	7.091	(5.383)	1.708	7.118	(4.702)	2.416
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 - 10	38.349	(24.912)	13.437	30.576	(21.871)	8.705
Projetos em andamento	-	47.598	` -	47.598	51.711	· · · · · · · · · · · ·	51.711
Outros imobilizados	-	3.712	-	3.712	5.525	-	5.525
Provisão para perdas ("impairment")							
(ii)	-	(2.461)	-	(2.461)	(11.772)	-	(11.772)
Total		1.051.529	(420.125)	631.404	1.006.479	(384.758)	621.721

							Consolidado
				31/12/2018			31/12/2017
	Vida útil		Depreciação			Depreciação	
	depreciação (anos)	Custo	acumulada (i)	Liquido	Custo	acumulada (i)	Líquido
Terrenos	-	10.997	-	10.997	11.715	-	11.715
Edifícios e construções	10 - 80	402.118	(134.066)	268.052	435.290	(155.260)	280.030
Máquinas e equipamentos	2 - 30	596.124	(305.718)	290.406	623.363	(326.971)	296.392
Móveis e utensílios	10	89.908	(59.327)	30.581	96.218	(65.175)	31.043
Veículos	10	8.038	(6.313)	1.725	8.657	(6.196)	2.461
Benfeitorias em imóveis de							
terceiros	5 - 10	121.626	(73.870)	47.756	106.602	(60.488)	46.114
Projetos em andamento	-	51.205		51.205	55.032	<u>-</u>	55.032
Outros imobilizados	-	10.032	-	10.032	10.630	-	10.630
Provisão para perdas ("impairment")							
(ii)	-	(2.461)	-	(2.461)	(11.772)	-	(11.772)
Efeito da aplicação da IAS 29							
(hiperinflação)	-	68.404	(5.975)	62.429	-	-	-
Total		1.355.991	(585.269)	770.722	1.335.735	(614.090)	721.645

⁽i) A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

							Controladora
	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2018
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	259.974	-	8.439	(9.698)	-	-	258.715
Máquinas e equipamentos	275.326	-	36.696	(32.910)	(539)	83	278.656
Móveis e utensílios	19.515	-	3.977	(3.578)	(196)	-	19.718
Veículos Benfeitorias em imóveis de	2.416	-	38	(736)	(10)	-	1.708
terceiros	8.705	-	7.542	(2.713)	(97)	-	13.437
Projetos em andamento	51.711	52.559	(56.672)	-	-	-	47.598
Outros imobilizados Provisão para perdas	5.525	-	· <u>-</u>	-	(2.484)	671	3.712
("impairment")	(11.772)	-	-	-	-	9.311	(2.461)
Total	621.721	52.559	20	(49.635)	(3.326)	10.065	631.404

⁽ii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas sem utilização ou obsoletos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

							Controladora
	31/12/2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2017
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Edifícios e construções	249.964	-	20.370	(9.060)	(1.322)	22	259.974
Máguinas e							
equipamentos	259.287	-	52.910	(33.737)	(3.253)	119	275.326
Móveis e utensílios	21.914	-	2.588	(4.478)	(651)	142	19.515
Veículos	2.968	-	174	` (699)	(27)	-	2.416
Benfeitorias em imóveis				, ,	` '		
de terceiros	11.100	-	958	(2.831)	(522)	-	8.705
Projetos em andamento	55.113	74.246	(77.648)	, ,	, ,		51.711
		74.246	(77.040)	-			
Outros imobilizados	3.788	-	-	-	(135)	1.872	5.525
Provisão para perdas							
("impairment")	(347)		<u>-</u>	<u> </u>		(11.425)	(11.772)
Total	614.108	74.246	(648)	(50.805)	(5.910)	(9.270)	621.721

							Consolidado
	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	31/12/2018
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	11.715	-	-	_	(147)	(571)	10.997
Edifícios e construções	280.030	-	8.519	(10.382)	(1.140)	(8.975)	268.052
Máquinas e equipamentos	296.392	-	37.117	(35.670)	(926)	(6.507)	290.406
Móveis e utensílios	31.043	-	5.824	(9.292)	(815)	3.821	30.581
Veículos	2.461	-	38	(761)	(10)	(3)	1.725
Benfeitoria em imóveis de							
terceiros	46.114	-	12.312	(10.820)	(1.082)	1.232	47.756
Projetos em andamento (ii)	55.032	66.740	(66.464)	-	-	(4.103)	51.205
Outros imobilizados	10.630	-	-	-	(2.484)	1.886	10.032
Provisão para perdas							
("impairment") (iii)	(11.772)	-	-	-	-	9.311	(2.461)
Efeito da aplicação da IAS							
29 (hiperinflação)			<u> </u>	(5.975)		68.404	62.429
Total	721.645	66.740	(2.654)	(72.900)	(6.604)	64.495	770.722

							Consolidado
	31/12/2016	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações	31/12/2017
<u>Imobilizado</u>							
Terrenos	12.256	-	-	-	-	(541)	11.715
Edifícios e construções	277.445	185	20.370	(10.790)	(1.402)	(5.778)	280.030
Máquinas e							
equipamentos	287.045	5.232	52.941	(36.413)	(3.273)	(9.140)	296.392
Móveis e utensílios	30.143	4.110	2.595	(7.943)	(741)	2.879	31.043
Veículos	3.122	-	715	(782)	(27)	(567)	2.461
Benfeitoria em imóveis							
de terceiros	44.293	3.346	5.547	(13.331)	(725)	6.984	46.114
Projetos em andamento							
(iii)	60.986	79.291	(85.158)	-	-	(87)	55.032
Outros imobilizados	13.440	-	-	-	(135)	(2.675)	10.630
Provisão para perdas							
("impairment")	(6.647)					(5.125)	(11.772)
Total	722.083	92.164	(2.990)	(69.259)	(6.303)	(14.050)	721.645

⁽i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Imobilizado", quando do encerramento dos projetos.

14. INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados quando os benefícios futuros são prováveis, quando pode ser mensurado de forma confiável e quando for identificável. Após o reconhecimento inicial, os gastos com

⁽ii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) melhorias e modernização das fábricas, com investimentos de aproximadamente R\$22.691; e (2) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$18.734; e (3) demais projetos R\$9.780.

⁽iii) Refere-se à provisão para perdas de ativos das fábricas, sem utilização ou obsoletos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo deduzido da amortização e de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

	po. a. o. (,pa						Controladora
				31/12/2018			31/12/2017
	Vida útil amortização (anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:	_						
Sistemas de gestão empresarial (i)	4 - 10	201.187	(165.283)	35.904	196.688	(151.546)	45.142
Carteira de clientes	5	27.311	(27.311)	-	27.311	(27.311)	-
Cessão de direitos comerciais (ii)	5 - 10	10.915	(1.456)	9.459	6.621	(781)	5.840
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes Ágio na aquisição de controlada	-	1.027	-	1.027	1.027	-	1.027
incorporada	-	53.862	-	53.862	53.862	-	53.862
Projetos em andamento	-	6.204		6.204	7.396	-	7.396
Total		300.506	(194.049)	106.456	292.905	(179.638)	113.267
	•						
							Consolidado
				31/12/2018			31/12/2017
	Vida útil	_	Amortização		_	Amortização	
	amortização (anos)	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1 - 10	17.741	(17.741)	-	22.034	(22.024)	10
Sistemas de gestão empresarial (i) Cessão de direitos comerciais	4 - 10	221.701	(175.402)	46.299	206.805	(158.948)	47.857
(ii)	5 - 10	90.652	(18.000)	72.652	91.299	(12.582)	78.717
Carteira de clientes	1 - 5	46.471	(44.339)	2.132	47.167	(40.637)	6.530
Acordo de não competição	4	20.850	(17.190)	3.660	20.850	(13.197)	7.653
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes Ágio na aquisição de	-	143.925	-	143.925	143.916	-	143.916
controladas (iii)	-	177.431	-	177.431	201.755	-	201.755
Projetos em andamento Efeito da aplicação da IAS 29	-	6.204	-	6.204	7.396	-	7.396
(hiperinflação)	-	1.264	(243)	1.021	- .		
Total	,	726.239	(272.915)	453.324	741.222	(247.388)	493.834

⁽i) Referem-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial, tais como SAP/R3, Plataforma ALPA ONE e LINX, e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor.

14.1. Informações adicionais sobre o intangível

a) Teste de redução ao valor recuperável do ágio (impairment)

Para fins de teste de redução de valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGCs) nos respectivos segmentos de negócios como segue:

		Consolidado
	2018	2017
Operações nacionais:		
Brasil (Sandálias)	53.862	53.862
Osklen	48.287	51.625
Operações internacionais:		
Argentina (i)	75.282	96.268
-	177.431	201.755

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração.

⁽ii) Referem-se aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas Havaianas e Osklen (consolidado). A partir de 2017 o custo de aquisição passou a ser amortizado pelo prazo contratual remanescente acrescido da expectativa de renovação.

iii) Refere-se aos ágios de: (1) CBS S/A - Companhia Brasileira de Sandálias no valor R\$53.862; (2) Alpargatas A.S.A.I.C. – Argentina no valor R\$75.282; e (3) Osklen no valor de R\$48.287.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreu a baixa de R\$ 20.986 devido a venda de participação na ASAIC, conforme descrito na nota explicativa 1.3.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 para as UGCs são conforme segue:

			UGUS
	Brasil	Argentina	Osklen
Taxa de desconto	11,0%	24,6%	9,6%
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,8%	9,0%	3,8%
Taxa de crescimento estimado para Resultado operacional (CAGR 19-23)	20,9%	21,6%	22,5%

As taxas de desconto utilizadas foram calculadas antes dos impostos considerando o método do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"), que considera custos do capital próprio e da dívida. O custo do capital próprio foi calculado através do método "Capital Asset Pricing Model - CAPM", utilizando valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades de cada UGC.

As projeções de fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e taxas de crescimento na perpetuidade após este período. A Administração acredita que a taxa de crescimento na perpetuidade utilizada está em linha com a premissa que participantes do mercado utilizariam.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas de PIB e inflação ajustadas pelo crescimento previsto de vendas e expectativas de desenvolvimento dos mercados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

O teste da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável para as UGCs "Brasil" e "Argentina", porém as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade na UGC "Osklen" no montante de R\$ 3.338 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 125.500 em 31 de dezembro de 2017). Esta perda foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em "Outras despesas".

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

							Controladora
	31/12/2017	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2018
Intangível							
Com vida útil definida:							
Sistema de gestão							
empresarial	45.142	-	4.161	(13.399)	-	-	35.904
Cessão de direitos							
comerciais	5.840	-	4.400	(780)	-	(1)	9.459
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-	-	-	-	1.027
Projetos em andamento (iii)	7.396	7.389	(8.581)	-	-	-	6.204
Ágio na aquisição de							
controladas incorporadas	53.862						53.862
Total	113.267	7.389	(20)	(14.179)		(1)	106.456

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

							Controladora
	31/12/2016	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Outras movimentações	31/12/2017
Intangível Com vida útil definida:							
Sistema de gestão							
empresarial	59.626	-	1.403	(15.846)	(7)	(34)	45.142
Cessão de direitos			0.004	(704)			5.040
comerciais Sem vida útil definida:	-	-	6.621	(781)	-	•	5.840
Marcas, direitos e patentes	1.027	-	-		-		1.027
Projetos em andamento (ii)	7.005	4.046	(3.655)		-		7.396
Ágio na aquisição de controladas							
incorporadas	-	-	-		-	53.862	53.862
Cessão de direitos							
comerciais Total	3.618 71.276	4.046	(3.721)	(16.627)	(1.327) (1.334)	1.430 55.258	113.267
i otai	/1.2/0	4.046	648	(10.021)	(1.334)	55.256	113.207
							Consolidado
-							

Internetival	31/12/2017	Adições	Transferência (i)	Amortizações	Impairment	Baixas	Variação cambial e outras movimentações (ii)	31/12/2018
Intangível Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e								
patentes	10	-		-	-	-	(10)	-
Sistemas de gestão							, ,	
empresarial	47.857	-	8.349	(15.315)	-	(10)	5.418	46.299
Cessão de direitos								
comerciais	78.717	-	9.850	(11.401)	-	(159)	(4.355)	72.652
Carteira de clientes	6.530	-	(609)	(2.746)		-	(1.043)	2.132
Acordo de não competição	7.653	-	-	(3.993)		-	-	3.660
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e								
patentes	143.916	-	-	-	-	-	9	143.925
Projetos em andamento								
(iii)	7.396	14.055	(14.936)	-	-	-	(311)	6.204
Agio na aquisição de	004 755				(0.000)	(00.000)		477.404
controladas	201.755	-	-		(3.338)	(20.986)	-	177.431
Efeito da aplicação da IAS				(0.40)			4.004	4 004
29 (hiperinflação)	402 024	14.055	0.654	(243)	(2.220)	(01 1FF)	1.264	1.021
Total	493.834	14.055	2.654	(33.698)	(3.338)	(21.155)	972	453.324

Consolidado

	31/12/2016	Adições	Transferência (i)	Amortizações	Impairment	Baixas	Variação cambial/ Outras movimentações (ii)	31/12/2017
Intangível Com vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes Sistemas de gestão	1.902	-	-	(1.466)	-	-	(426)	10
empresarial Cessão de direitos	62.051	2.001	2.135	(18.337)	-	(7)	14	47.857
comerciais	6.267	1.835	82.890	(11.922)		(669)	316	78.717
Carteira de clientes	3.112	5.576	-	(1.845)	-		(313)	6.530
Acordo de não competição	11.646	-	-	(3.993)	-	-		7.653
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	143.916	-	-	-	-	-	-	143.916
Projetos em andamento (iii) Ágio na aquisição de	5.569	3.872	(2.045)	-	-	-	-	7.396
controladas Cessão de direitos	327.255	-	-	-	(125.500)	-	-	201.755
comerciais	85.439	-	(79.990)	-		(6.879)	1.430	
Total	647.157	13.284	2.990	(37.563)	(125.500)	(7.555)	1.021	493.834

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas do "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Refere-se substancialmente a variação cambial de controladas no exterior
- (iii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 aos projetos de investimentos em infraestrutura e TI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

15. FORNECEDORES

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Nacionais	254.108	207.045	261.738	216.389	
Estrangeiros	50.285	50.756	158.062	159.436	
Operação risco sacado (i)	29.269	12.287	29.269	12.287	
Total	333.662	270.088	449.069	388.112	

Controlodoro

Canaalidada

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norteamericanos.

(i) O montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$29.269 (R\$12.287 em 31 de dezembro de 2017) trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras. Devido às características, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia. A Companhia entende que esta transação tem natureza especifica, mantendo o mesmo prazo de vencimento e valores envolvidos nas transações comerciais com os fornecedores, dessa forma, não classificados separadamente da rubrica "Fornecedores".

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

					Controladora		Consolidado
		Moeda	Indexador e taxa anual de juros	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em reais:					<u> </u>		
FNE (BNB)	(a) (b)		2,98%	74.743	93.312	74.743	93.312
Finame	(D)		3,38% 50% TJLP+ 50%	26.508	33.990	26.508	33.990
Finem	(c)		SELIC+ 2,35%	20.920	41.728	20.920	41.728
Exim (BNDES)	(d)		70% TJLP+ 30%SELIC+ 3,90%	-	142.171	-	142.171
Risco sacado	(e)		CDI + 3,15%	-	-	18.138	21.655
Debêntures	(f)		104,2% CDI	250.578	250.551	250.578	250.551
Total em reais			_	372.749	561.752	390.887	583.407
Em moeda estrangeira: Linha externa (4131) - Terras de Aventura	(g)	US\$	3,52%	-	-	33.756	30.936
Ind. Artigos Esportivos S.A. – Osklen "Working capital" - Alpargatas USA	(h)	US\$	LIBOR 6M + 1,50%	_	_	_	15.058
"Working capital" - Terras de Aventura Ind.		•	LIBOTT 0WI + 1,3076				
Artigos Esportivos S.A. – Osklen	(h)	US\$	LIBOR 6M + 1,20%	-	-	19.110	16.540
"Line of Credit" – Alpargatas USA "Préstamo" - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	(h) (h)	US\$ AR\$	LIBOR 6M + 1,30% 36,00%	-	-	95.274 49.048	67.522
"Descubiertos" - Alpargatas S.A.I.C. –			,				
Argentina	(i)	AR\$	64,38%	-	-	24.845	20.088
Arrendamento financeiro - Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	(i)	AR\$	23,88%	-	-	14	92
Total em moeda estrangeira				-	-	222.047	150.236
Total geral			_	372.749	561.752	612.934	733.643
Passivo circulante				142.073	237.050	382.258	408.941
Passivo não circulante				230.676	324.702	230.676	324.702

- (a) Destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste e investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos. As garantias estão suportadas por carta de fiança bancária.
- (b) Os empréstimos e financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, que têm como objetivo financiar equipamentos utilizados pela Companhia, a fim de melhorar e aumentar a produção (geralmente equipamentos de fábricas). O prazo médio das operações é de 96 meses. Estes financiamentos são amortizados mensalmente, sendo uma parte referente ao valor principal e outra de juros.
- (c) Entre outubro de 2015 e dezembro de 2016, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 57,14 milhões referente à Pró Design (FINEM). Os valores captados nesta modalidade têm por objetivo contribuir e incentivar o desenvolvimento e fortalecimento da marca e também na criação de produtos. Existe um contrato de financiamento vigente desta modalidade, cujo objetivo é o fortalecimento da marca de sandálias. Em 2018 foi liquidado antecipadamente um contrato desta modalidade no valor aproximado de R\$ 3,8 milhões, cujo objetivo era o fortalecimento da marca de artigos esportivos.
- (d) Em junho de 2016, a Companhia recebeu o crédito de R\$ 180,84 milhões referentes aos financiamentos da linha do BNDES-EXIM PRÉ Embarque assinados com os bancos Santander e Safra. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e exige ao

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

final da operação, a comprovação da performance das exportações durante o período de vigência do contrato. Esse financiamento foi liquidado no primeiro trimestre de 2018.

- (e) Empréstimos captados pela controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. para financiar capital de giro.
- (f) Em dezembro de 2017, a Companhia captou o montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries da espécie quirografária da 1ª (primeira) emissão. Os recursos obtidos serão utilizados para gestão ordinária de seus negócios, conforme previsto em seu estatuto social. A amortização dos recursos será feita integralmente em uma única parcela na data de vencimento de cada série, sendo a primeira em dezembro de 2019, a segunda em dezembro de 2020 e a terceira em dezembro de 2022.
- (g) Em agosto de 2017, captou o montante de US\$9.519 (nove milhões e quinhentos e dezenove mil dólares) com vencimento em agosto de 2018. Na mesma data foi contratado um *Swap* para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (2,72% a.a.) para 116,80% do CDI. Em agosto de 2018 foi executada a rolagem desta mesma operação desta vez no montante de US\$8.195 (oito milhões cento e noventa e cinco mil dólares) com vencimento em agosto de 2019. Na mesma data foi contratado um *Swap* para proteção da taxa de juros, convertendo os encargos financeiros (3,52% a.a.) para 105,0% do CDI (vide nota explicativa 30.3), designando o instrumento financeiro derivativo para *hedge* de valor justo. Tal linha de crédito é garantida pela Alpargatas S.A.
- (h) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais, fianças e/ou notas promissórias da Controladora, de acordo com limites aprovados pela Diretoria e/ou Conselho de Administração.
- (i) Os empréstimos captados pela Alpargatas S.A.I.C. Argentina referente a linha de *Descubiertos* são utilizados no capital de giro da operação e 38% destes são garantidos pela Alpargatas S.A.

A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	429.189	592.675
Captação de empréstimos	254.665	456.557
Pagamento do principal	(125.463)	(304.675)
Pagamento de juros	(29.616)	(55.674)
Provisão de juros	32.977	51.776
Variação cambial	<u> </u>	(7.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.752	733.643
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.752	733.643
Captação de empréstimos	-	434.937
Pagamento do principal	(189.681)	(543.992)
Pagamento de juros	(23.962)	(65.649)
Provisão de juros	24.640	57.864
Variação cambial	<u> </u>	(3.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	372.749	612.934

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019		118.559		118.559
2020	128.851	118.559	128.851	118.559
2021	24.675	18.559	24.675	18.559
2022	74.675	68.559	74.675	68.559
2023	1.837	466	1.837	466
2024 em diante	638		638	
Total	230.676	324.702	230.676	324.702

Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas continham cláusulas restritivas que estabelecem obrigações por parte da Companhia e de suas controladas. Todas essas obrigações estão sendo cumpridas em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

•	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	-	4.217	8.637	11.193
PIS e COFINS	-	-	1.748	2.917
IPI	-	857	-	857
IR/CS	3.788	2.120	3.885	2.050
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	3.651	3.916	3.651	3.916
INSS terceiros	786	966	786	966
FGTS	6.742	-	6.742	-
Provisão Impostos sobre perdas no estoque Alpargatas S.A.I.C Argentina:	6.213	-	6.213	-
Outros impostos	-	-	2.849	2.221
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:				
Imposto de renda	-	-	2.458	2.586
Outros impostos	-	-	1.176	961
Outros	2.194	3.542	6.557	5.118
Total	23.374	15.618	44.702	32.785

18. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Royalties a pagar	5.233	1.197	6.208	1.197
Provisão para fretes a pagar	6.445	5.438	8.035	7.619
Propaganda a pagar	6.140	10.597	9.958	13.954
Comissões a pagar	1.582	2.953	3.288	4.822
Provisão para honorários advocatícios	7.306	8.046	7.306	8.046
Contas a pagar de importação USA	-	-	-	2.848
Provisão para troca de controle (i)	2.104	3.957	2.104	3.957
Adiantamento de clientes	7.114	5.326	10.950	5.326
Adiantamento de terceiros - Argentina (ii)	-	-	-	36.600
Serviços a pagar - EMEA/USA	-	-	3.910	3.457
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros,				
concessionárias e outras)	21.224	6.308	51.402	47.027
Total	57.148	43.822	103.161	134.853

⁽i) Referem-se a despesas a incorrer com a obtenção de anuências de contratos de licenciamento de marcas, locação de pontos comerciais e empréstimos junto a instituições financeiras, em decorrência da transferência de controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 1.2, considerando cláusulas contratuais existentes nos respectivos contratos.

19. PARTES RELACIONADAS

19.1. Saldos com empresas controladas

		Controladora
Ativo e (passivo) não circulante	31/12/2018	31/12/2017
Alpargatas Imobiliária S.A.	12	(23)
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina (i)	104.364	8.984
Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. – Osklen (ii)	34.587	34.604
Esportes S.A.	(10)	-
Total	138.954	43.565

⁽ii) Refere-se a adiantamento pela venda de imóvel na Argentina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

- (i) Refere-se, principalmente, a contrato de mútuo no valor de R\$92.000, com vencimento em 21 de setembro de 2020 e taxa de juros de 120,10% do CDI.
- (ii) Referem-se a dois contratos de mútuo nos valores de R\$12.000 com taxa de juros de 107,40% do CDI e, R\$20.000 e taxa de juros de 104,45% do CDI.

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

19.2. Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com empresas controladas

		Controladora Contas a receber			Controladora Contas a pagar
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Alpargatas USA Inc Estados Unidos	(i)	37.100	17.643	-	_
Alpargatas Europe S.L.U Espanha	(i)	37.855	25.258	-	-
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina	(i)	27.364	4.644	-	-
Alpargatas Calzados del Uruguay S.A.	**	1.211	1.018	-	-
Alpargatas Colômbia SAS	(i)	8.042	-	-	-
Total	• •	111.572	48.563	-	

⁽i) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos na nota explicativa 19.3.

19.3. Transações com empresas controladas com efeito no resultado do exercício

As transações efetuadas com empresas controladas estão demonstradas a seguir:

		pı	Venda de rodutos/serviços	Compra de produtos/serviços		
	-	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Alpargatas S.A.	(ii)	136.675	61.178	-	3.001	
Alpargatas USA Inc Estados Unidos		-	-	20.162	9.229	
Alpargatas Europe S.L.U Espanha		-	-	89.389	49.499	
Alpargatas S.A.I.C Argentina		-	-	19.959	1.707	
Alpargatas Colômbia SAS		-	-	7.165	-	
J&F Investimentos S.A.		-	3.001	-	743	
Total	-	136.675	64.179	136.675	64.179	

⁽ii) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca "Havaianas" para as controladas localizadas no exterior, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para perdas esperada (*Impairment*) referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

19.4. Transações com controlador

		Controladora e consolidado Ativo			Controlado	ra e consolidado Passivo
	- -	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Banco Itaú-Unibanco	(i)	4.539	19.787	(ii)	48.292	70.371
Banco Itaú Argentina	_	=	<u></u> _	(iii)		20.088
Total	<u>-</u>	4.539	19.787	_	48.292	90.459

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

	Controladora	Controladora e consolidado Receita			Controladora e consolidado Despesa		
	31/12/2018	31/12/2017	-	31/12/2018	31/12/2017		
Banco Itaú-Unibanco Banco Itaú Argentina	605	187	(iv) (iv)	5.794	8.811 4.167		
Total	605	187	. ,	5.794	12.978		

- (i) Os valores referem-se a saldo de aplicações financeiras da Alpargatas S.A.
- (ii) Os valores referem-se a: (1) Empréstimos Finame da Alpargatas S.A. no valor de R\$30.154; e (2) operações de risco sacado na Osklen no valor de R\$18.138 (vide nota explicativa 16). As operações foram contratadas anteriormente a data de troca de controle acionário.
- (iii) Referem-se a empréstimos da Alpargatas S.A.I.C Argentina, em 31 de dezembro de 2017, conforme nota explicativa 16. As operações foram contratadas anteriormente à data de troca de controle acionário.
- (iv) Referem-se à despesa com juros sobre empréstimos mencionados no item (ii)

Em 31 de dezembro de 2018, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa 16, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

19.5. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

			Consolidado
			31/12/2018
			Remuneração
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal/ Comitê de Auditoria	3.713	-	3.713
Diretores	8.274	3.890	12.164
Total	11.987	3.890	15.877
			31/12/2017
			Remuneração
	Fixa	Variável (i)	Total
Conselhos de Administração e Fiscal	3.088	-	3.088
Diretores	8.132	965	9.097
Total	11.220	965	12.185

(i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício.

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$665 (R\$467 no mesmo período de 2017) em nome dos diretores estatutários.

Além disso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou o valor de R\$6.304 relacionado à rescisão de um membro da Administração.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2018 na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 foi de R\$17.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

			Controladora		Consolidado
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reclamações trabalhistas	(i)	17.147	17.979	23.244	28.414
Processos tributários	(ii)	5.624	5.556	8.680	7.808
Processos cíveis	(iii)	1.392	19.299	12.048	19.299
Passivos contingentes	(iv)	<u>-</u>		1.438	1.438
Total	_	24.163	42.834	45.410	56.959
Depósitos judiciais		7.267	7.062	7.267	7.062
Total líquido		16.896	35.772	38.143	49.897
Parcela do circulante		5.984	6.369	20.271	9.344
Parcela do não circulante		10.912	29.403	17.872	40.553

- (i) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-empregados, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária
- (ii) Refere-se basicamente a uma cobrança de COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.385. O processo encontra-se aguardando decisão em primeira instância judicial.
- (iii) Referem-se às ações cíveis movidas contra a Companhia relacionadas principalmente de danos morais e materiais decorrentes de discussões de descumprimento contratuais em relação aos contratos de consumo e comerciais.
- (iv) Refere-se ao passivo contingente constituído ao valor justo em decorrência da aquisição da controlada Osklen.

As movimentações da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

Trabalhistas 14.927 14.033 (10.981) 17.979 Trabalhistas 10.917 14.662	Tributários 4.315 1.417 (176) 5.556 Tributários 5.556	Cíveis 16.892 2.408 (1) 19.299 Cíveis	Total 36.134 17.858 (11.158) 42.834 Controladora
14.033 (10.981) 17.979 Trabalhistas 10.917	1.417 (176) 5.556 Tributários	2.408 (1) 19.299	17.858 (11.158) 42.834 Controladora
(10.981) 17.979 Trabalhistas 10.917	(176) 5.556 Tributários	(1) 19.299	(11.158) 42.834 Controladora
17.979 Trabalhistas 10.917	5.556 Tributários	19.299	42.834 Controladora
Trabalhistas 10.917	Tributários		Controladora
10.917		Cíveis	
10.917		Cíveis	Total
	5 556		Total
14.662	0.000	19.299	35.772
1 1.00-	68	869	15.599
(15.699)	-	(18.776)	(34.475)
9.880	5.624	1.392	16.896
			Consolidado
		Passivo	
as Tributários	Cíveis	contingente	Total
75 5.815	16.901	1.516	51.707
84 1.417	2.636	=	22.937
l5) 576	(238)	(78)	(17.685)
7.808	19.299	1.438	56.959
			Consolidado
as Tributários	Cíveis	Passivo	Total
1	as Tributários 175 5.815 184 1.417 145 576 114 7.808	as Tributários Cíveis 475 5.815 16.901 484 1.417 2.636 45) 576 (238) 114 7.808 19.299	as Tributários Cíveis Passivo contingente 475 5.815 16.901 1.516 884 1.417 2.636 - 45) 576 (238) (78) 114 7.808 19.299 1.438

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

				contingente	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.352	7.808	19.299	1.438	49.897
Adições	18.156	68	11.588	-	29.812
Pagamentos/Variação cambial	(23.531)	804	(18.839)	-	(41.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.977	8.680	12.048	1.438	38.143

⁽i) Saldos reclassificados conforme descrito na nota explicativa 2.2 k.

20.1. Perdas possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Tributárias:			
Auto de infração - IRRF (i)	10.843	10.622	
CSLL e IRPJ (ii)	12.259	11.979	
Royalties (iii)	7.785	7.600	
IPI (iv)	50.136	48.882	
Outras	9.599	6.540	
	90.622	85.623	
Cíveis (ações indenizatórias)	10.829	10.268	
Trabalhistas	9.307	15.400	

- (i) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (ii) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.
- (iii) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a título de royalties, no período de 2007 a 2010. A Companhia obteve decisão integralmente favorável transitada em julgado administrativamente no valor de R\$ 51.569. O valor remanescente de R\$ 7.771 refere-se aos autos de infração que ainda aguardam julgamento.
- (iv) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008

20.2. Ativos contingentes

A Companhia possui discussões judiciais objetivando a recuperação de tributos, cujo prognóstico de êxito é provável de acordo com seus assessores jurídicos. Dentre as principais ações, destacam-se: i) a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta; ii) a aplicação da alíquota do SAT segundo o grau de risco de cada estabelecimento e iii) a não incidência do PIS e da COFINS nas vendas à zona franca de Manaus. Como se tratam de ativos contingentes, sua mensuração e contabilização se darão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta ocorrer de forma definitiva.

21. QUESTIONAMENTO JUDICIAL - ICMS NA BASE DO PIS E COFINS

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS desde maio de 1993 e na base de cálculo do PIS desde março de 2002.

Em 25 de setembro de 2018 ocorreu o trânsito em julgado da ação judicial que discutiu o período de maio de 1993 a dezembro de 2014 para a COFINS. Os montantes envolvidos nesta ação correspondem a R\$ 15 milhões, depositados em juízo, relativos ao período de maio de 1993 a fevereiro de 1996, e R\$ 181 milhões, pagos a maior, relativos ao período de março de 1996 a maio de 2008. Tais ativos foram reconhecidos pela Companhia em 30 de setembro de 2018 na rubrica "Outras receitas operacionais".

No período de junho de 2008 até dezembro de 2014, a Companhia valeu-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para excluir o ICMS da base de cálculo da COFINS, sem a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Tais valores foram registrados como passivo com exigibilidade suspensa. Esta provisão foi estornada (R\$190,5 milhões) pela Companhia em 2017, em razão do julgamento pelo STF, em sede de

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

repercussão geral, do Recurso Extraordinário nº 574.706, em 15 de março de 2017. Naquela ocasião fixou-se a tese favorável aos contribuintes: "o ICMS não deve compor a base de cálculo do PIS e da COFINS", pacificando o assunto de forma favorável aos contribuintes. O julgamento foi devidamente formalizado com a publicação das respectivas Atas em 17 de março de 2017 e 20 de março de 2017.

Estimam-se ainda indébitos aguardando conclusão processual no montante de R\$ 165 milhões, sendo R\$ 84 milhões de PIS e COFINS relativos ao período de janeiro de 2015 em diante, e de R\$ 81 milhões de PIS relativos ao período de março de 2002 até janeiro de 2015. A Companhia não reconheceu tais ativos contingentes, em conformidade com o pronunciamento CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2018:

	Ações	ordinárias	Ações pr	eferenciais		Total
<u>Acionistas</u>	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Itaúsa,				·		
Cambuhy I e Cambuhy						
Alpa)	207.246.069	85,78	47.937.043	20,95	255.183.112	54,24
Administradores:						
Conselho de						
Administração	25.249.913	10,45	23.045.185	10,07	48.295.098	10,27
Demais acionistas	9.112.543	3,77	150.462.621	65,75	159.575.164	33,92
Tesouraria	26	0	7.396.377	3,23	7.396.403	1,57
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

Em 31 de dezembro de 2017:

	Ações	ordinárias	Ações pi	referenciais		Total
<u>Acionistas</u>	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Itaúsa e						
Cambuhy)	207.246.069	85,78	47.937.043	20,95	255.183.112	54,24
Administradores:						
Conselho de						
Administração	25.288.933	10,47	23.046.311	10,07	48.335.244	10,28
Conselho Fiscal	-	-	200	-	200	-
Demais acionistas	9.073.523	3,75	150.461.295	65,75	159.534.818	33,91
Tesouraria	26	-	7.396.377	3,23	7.396.403	1,57
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

22.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui 7.396.403 ações em tesouraria ao custo médio de R\$8,69. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a conta de "Ações em tesouraria" não foi movimentada.

22.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

Em 9 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2018, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

R\$97.439, dos quais R\$27.778 referentes ao lucro líquido do exercício de 2017 e R\$69.661 referentes a reservas de lucros de exercícios anteriores.

Dividendos adicionais distribuídos por ação	2017_	Anos anteriores
Dividendos	27.778	69.661
Ações ordinárias (por ação)	0,0573	0,1435
Ações preferenciais (por ação)	0,0630	0,1579

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 110.600 (R\$ 97.361 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF).

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, propostos pela Administração:

	31/12/2018	31/12/2017
Proposta da Administração:	440.000	150,000
Juros sobre o capital próprio	110.600	150.300
Dividendos	<u> </u>	97.439
	110.600	247.739
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,2279	0,3098
Ações preferenciais	0,2507	0,3407
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	-	0,2008
Ações preferenciais	-	0,2209

22.4. Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

22.5. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

23. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é o Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Operações Nacionais:

- Brasil: 68,4%

Operações Internacionais:

- Argentina: 13,4%

- Sandálias Internacional: 18,2%

O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização.

As informações estão demonstradas a seguir:

						31/12/2018
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortizaçã o	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.423.333	453.676	(58.518)	8.878	8.209	(56.148)
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. –						
Osklen	246.566	(10.383)	(21.556)	(8.213)	(1.037)	3.109
Operações internacionais:						
Argentina	524.292	(148.928)	(9.120)	11.748	(60.823)	(16.703)
Sandálias Internacional	710.318	37.136	(17.404)	(4.148)	(11.077)	(7.830)
Participação dos acionistas não controladores	-	(7.460)	-	-	-	-
Consolidado	3.904.509	324.041	(106.598)	8.265	(64.728)	(77.572)

						31/12/2017
Contas de resultado	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	nposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.189.281	300.000	(64.504)	(11.252)	962	8.380
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A						
Osklen	229.871	(29.318)	(24.073)	(9.225)	606	8.646
Operações internacionais:						
Argentina	664.651	3.262	(4.924)	(33.662)	(13.321)	40.999
Sandálias Internacional	638.060	66.565	(13.321)	(2.942)	(4.788)	(11.584)
Participação dos acionistas não			, ,	, ,	, ,	, ,
controladores	-	11.727	-	-	-	
Consolidado	3.721.863	352.236	(106.822)	(57.081)	(16.541)	46.441

A tabela abaixo apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Contas patrimoniais	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	31/12/2018 Adição ativo imobilizad o e intangível	Ativo total	Passivo circulante e não circulante	31/12/2017 Adição ativo imobilizado e intangível
Operações nacionais:						
Brasil	2.686.476	643.697	59.948	2.610.268	902.973	78.292
Terras de Avent. Ind. Art. Esport. S.A. – Osklen	397.688	208.475	3.941	405.059	210.061	2.337
Operações internacionais:						
Argentina	439.326	409.023	877	472.135	281.017	8.818
Sandálias Internacional	456.615	249.072	16.029	358.930	187.952	16.001
Consolidado	3.980.105	1.510.267	80.795	3.846.392	1.582.003	105.448

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.942.789	2.646.445	3.277.644	2.972.121
Mercado externo	324.472	297.973	1.401.985	1.517.698
	3.267.261	2.944.418	4.679.629	4.489.819
Devoluções e abatimentos	(83.238)	(56.765)	(135.716)	(127.286)
Impostos incidentes sobre as vendas	(433.592)	(399.200)	(639.404)	(640.670)
Receita operacional líquida	2.750.431	2.488.453	3.904.509	3.721.863
Impostos incidentes sobre as vendas	(433.592)	(399.200)	(639.404)	(640.670)

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos vendidos:			·	
Matérias-primas e materiais	991.412	842.106	1.320.038	1.179.115
Salários, encargos e benefícios	474.205	452.938	619.778	667.508
Depreciação	44.550	43.573	47.500	47.177
Hedge accounting	-	2.261	-	2.261
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.734	13.006	12.131	14.198
Outros custos	111.003	98.862	165.158	172.002
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	27.068	-
Total	1.631.904	1.452.746	2.191.673	2.082.261
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	76.262	68.785	225.177	193.631
Participação nos resultados	4.983	3.089	10.630	6.516
Fretes	96.892	80.227	135.454	120.116
Propaganda e publicidade	200.615	188.301	289.808	269.053
Comissões	9.500	10.064	47.363	46.029
Acordo de clientes	3.300	19.824	- 7.505	22.060
Depreciação	2.158	2.460	15.270	12.563
Royalties	48.776	38.780	49.363	39.228
Serviços de terceiros	19.463	14.854	62.203	55.986
Aluguéis/Leasing	9.158	9.129	87.548	76.603
Despesas com viagens	5.228	4.146	13.183	10.552
Despesas com armazenagem	4.901	5.551	43.410	38.785
Embalagem coletiva	15.736	30.479	15.736	30.479
Seguros de transporte	6.613	8.400	8.627	11.042
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	0.010	-	(5.113)	-
Outras	59.997	50.767	110.322	88.214
Total	560.282	534.856	1.108.981	1.020.857
Gerais e administrativas:	77.400	74.004	100.055	100.001
Salários, encargos e benefícios	77.128	71.694	108.855	103.961
Honorários dos administradores (nota explicativa 19.5)	15.773	11.862	15.877	12.185
Serviços de terceiros	24.408	23.858	38.496	37.550
Depreciação	2.927	2.992	4.155	7.738
Aluguel e condomínio	12.882	12.429	16.033	13.577
Manutenção e reparos	8.127	8.072	8.265	8.320
Ajuste Inflação Argentina	-	-	(1.448)	- 04 007
Outras	15.432	14.276	24.275	21.807
Total	156.677	145.183	214.508	205.138

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

26.1. Planos de aposentadoria

A Companhia patrocina um plano de aposentadoria para todos seus empregados, utilizando a Entidade Fechada de Prividência Complementar, a ALPAPREV – Sociedade de Previdência Complementar na modalidade de contribuição definida e, além disso, concedeu um plano próprio de aposentadoria e benefícios de renda vitalícia ("Plano Informal") para um grupo fechado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, que será extinto após o falecimento do último beneficiário.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo atuarial referente a esses planos é de R\$2.576 (2017 - R\$102 de passivo), composto da seguinte forma:

		ALPAPREV		Plano Informal
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações de contribuição definida	39.296	38.554	169	174
Valor justo dos ativos do plano	53.774	50.567	-	-
Valor presente das obrigações / (ativos) líquidos	(14.478)	(12.013)	169	174
Teto de ativo "asset ceiling"	11.733	11.737		
Valor presente das obrigações / (ativos) líquidos	(2.745)	(276)	169	174

26.2. Plano de incentivo a longo prazo

a) Novo plano de incentivo de longo prazo

Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o novo plano de incentivo a longo prazo (ILP). O plano ILP é baseado em uma política de geração de valor que permite a alguns empregados da Companhia e suas controladas adquirir direitos junto a Companhia, baseado na distribuição de uma parcela da criação de valor futuro para a Companhia que supere a taxa de retorno mínima (ke / hurdle rate) para seus acionistas, e tem como parâmetros de valor: (i) mercado (BM&F Bovespa); (ii) econômico (múltiplo de EBITDA) e; (iii) múltiplo de dividendos.

A participação individual dos beneficiários na criação de valor acima da taxa mínima é operacionalizada por meio da concessão de Unidades Virtuais de Valor ("UVVs"), cujo valor individual é calculado mediante a: (i) ponderação da cotação média das ações dos últimos 60 pregões (40%); (ii) múltiplo de EBITDA descontada da dívida líquida dividido pelo número de ações (40%) e; (iii) dividendos e juros sobre capital próprio por ação dividido pelo dividend yield (20%).

As conversões das UVVs em pagamento serão realizadas pelo beneficiário em até 5 anos e 3 meses do início de cada programa anual, desde que respeitados os prazos de carência de: (i) até 36 meses: não será permitida conversão; (ii) após 36 meses: até 33%; (iii) após 48 meses: até 66%, descontadas as já exercidas e; (iv) após 60 meses: até 100%, descontadas as já exercidas. A liquidação será feita em dinheiro.

O novo plano teve início em 1º de janeiro de 2015 e prevê cinco programas anuais, entre os anos de 2015 e 2019. O Conselho de Administração da Companhia poderá aprovar novos programas após 2019.

b) Plano de ações diferidas especial

Em 14 de novembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano extraordinário de ações diferidas. O plano estabelece as condições gerais do incentivo definido após a mudança de controle ocorrida em 2017, com o objetivo de reter os principais executivos da Companhia e suas controladas, por meio de uma outorga especial de ações diferidas de emissão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Cada ação diferida atribui a seu titular o direito ao recebimento em caixa do valor de mercado de 1 (uma) ação preferencial (B3: "ALPA4"), acrescido do valor em dinheiro dos respectivos proventos, e deduzido o imposto de renda e outros encargos que incidam sobre o valor da ação, em casos específicos os participantes poderão optar por receber na data de exercício, ações em tesouraria compradas pelo participante pelo valor líquido de imposto dividida pelo valor de mercado.

A aquisição do direito ao exercício das ações diferidas ocorrerá de forma gradativa, em 3 (três) parcelas iguais de 1/3 das ações diferidas, sendo que a primeira parcela poderá ser exercida a partir de 1º de setembro de 2020 e as demais nos anos subsequentes.

O plano entra em vigor imediatamente após a sua aprovação e terá vigência até 31 de outubro de 2022.

O impacto contábil registrado na conta de resultado relativo aos planos de incentivo a longo prazo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi positivo em R\$3.094 na controladora e R\$3.195 no consolidado pela reversão parcial de provisão (negativo em R\$5.321 na controladora e R\$6.282 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), em contrapartida na conta de passivo de plano de incentivo a longo prazo.

26.3. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus empregados, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Programa de participação no resultado	36.082	29.195	45.766	32.977		

Esta obrigação está registrada na conta "Salários e encargos sociais a pagar", no passivo circulante. A despesa está contabilizada nas rubricas "Custo dos Produtos Vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas Gerais e Administrativas".

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Outras receitas operacionais:					
Venda de sucata	1.016	713	1.016	713	
Receita de taxa de franquia	1.189	770	1.189	770	
Ganho na venda de imobilizado	1.297	1.378	1.297	4.594	
Receita venda de energia	4.907	-	4.907	-	
Receita venda de imóveis Argentina	-	-	54.516	-	
Receita venda de participação em controlada (ASAIC)	36.590	-	40.000	-	
Êxito ação judicial COFINS base ICMS (nota					
explicativa 21)	189.226	190.517	189.226	190.517	
Crédito ação prêmio IPI (iii)	-	22.223	-	22.223	
Crédito PIS/COFINS sobre insumos (iv)	13.009	948	13.009	948	
INSS crédito aviso prévio	2.525	-	2.525	-	
Recuperação crédito CPRB (iv)	11.512	-	11.512	-	
Crédito tributário Argentina (ii)	-	-	7.652	27.847	
Ressarcimento de mercadoria sinistrada	2.813	1.794	2.813	1.794	
Outras	1.259	6.648	8.859	7.999	
	265.343	224.991	338.521	257.405	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(14.179)	(16.627)	(33.698)	(37.564)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	`(4.865)	(4.852)	`(7.119)	(8.739)
Plano de incentivo a longo prazo (nota explicativa	, ,	, ,	,	,
26.2)	3.094	(5.321)	3.195	(6.282)
Indenizações por rescisões trabalhistas	(7.528)	(3.000)	(7.528)	(3.000)
Custo na venda de participação de controlada	,	, ,	, ,	,
(ASAIC)	(59.484)	-	(65.170)	-
Provisão para reestruturação industrial	· -	(14.695)	· -	(14.695)
Provisão para troca de controle	-	(11.258)	-	(11.258)
Provisão para perdas de imobilizado	9.219	(7.719)	9.219	(7.719)
Honorários de terceiros	(21.578)	(6.433)	(21.578)	(6.549)
Moratória algodão Argentina (i)	-	-	-	(14.660)
Reestruturação Argentina	-	-	(96.940)	(35.496)
Baixa Mais Valia pontos comerciais Osklen	-	-	-	(5.552)
Rescisão contratual com distribuidor	-	(3.091)	-	(3.091)
Redução ao valor recuperável ágio Osklen	-	(125.500)	(3.338)	(125.500)
Provisão para honorários de sucesso para				
contingências	(7.457)	-	(7.457)	-
Despesa com reestruturação Alpa USA	-	-	(3.389)	-
Despesa contingência cível Alpa USA (v)	-	-	(14.439)	-
Custo na venda de energia	(4.318)	-	(4.318)	-
Outras	(10.908)	(10.391)	(17.232)	(11.490)
	(118.004)	(208.887)	(269.792)	(291.595)
Total	147.339	16.104	68.729	(34.190)

- Em março de 2017, a Alpargatas S.A.I.C. Argentina renegociou junto ao fisco nacional o pagamento de um débito de impostos incidentes sobre compras de algodão, referente aos anos de 2005 até 2012. O pagamento será feito em 60 (sessenta) parcelas
- mensais, com início em abril de 2017.

 (ii) Em março de 2017, a Alpargatas S.A.I.C. Argentina obteve sentença favorável referente a um processo contra o Governo argentino, em que se discutia a suspensão de um benefício à exportação no ano de 1992.
- (iii) Atualização do valor do precatório conforme cálculo homologado pela Justiça Federal.
 (iv) Referem-se a créditos tributários extemporâneos apurados sobre contribuição previdenciária e PIS/COFINS sobre insumos, que foram identificados durante 2018.
- (v) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída provisão de contingência referente ação judicial, movida contra a Alpargatas USA, para indenizar consumidores pelo descumprimento de regras de divulgação de informações pessoais.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	29.057	28.975	30.281	30.206
Juros ativos	11.444	8.632	8.544	8.335
Atualização monetária de depósitos judicias e				
créditos tributários	20.353	1.236	20.353	1.236
Outras	46	696	10	1.082
	60.900	39.539	59.188	40.859
Despesas financeiras: Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos (i) Imposto sobre operações financeiras – IOF Encargos financeiros sobre impostos Despesas bancárias Ajuste a valor presente	(24.640) (2.246) - (4.142) (6.573)	(33.101) (308) - (4.032) (11.768)	(54.361) (8.505) (2.792) (6.944) (6.098)	(53.020) (8.205) (1.307) (5.226) (13.395)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Juros passivos PIS/COFINS sobre receitas financeiras Outras Total	(7.564) (190) (45.355)	(129) (1.780) (357) (51.475)	(10.556) (7.637) (1.646) (98.539)	(12.195) (1.855) (2.760) (97.963)
Ganhos em operações com instrumentos	0.554	0.017	0.554	0.047
financeiros derivativos Perdas em operações com instrumentos	3.551	3.017	3.551	3.017
financeiros derivativos	(10.773)	(2.994)	(10.773)	(2.994)
	(7.222)	23	(7.222)	23
Ganho na posição monetária líquida (IAS 29)	<u> </u>	<u> </u>	54.838	
Total	8.323	(11.913)	8.265	(57.081)

Saldos estão apresentados líquidos dos contratos de swap que foram adquiridos para proteção na variação do valor justo de alguns empréstimos, conforme nota explicativa 30.3.

29. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação cambial ativa	37.050	9.629	35.262	12.453
Variação cambial passiva	(25.496)	(6.631)	(99.990)	(28.994)
	11.554	2.998	(64.728)	(16.541)

30. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Considerações gerais e políticas

A gestão de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

30.2. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Risco cambial

Em virtude de contas a receber e de obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como empréstimos e derivativos.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado de provisão para perdas esperadas (*Impairment*) era R\$60.406 (R\$48.320 em 31 de dezembro de 2017). A exposição máxima ao risco de crédito na data-base de 31 de dezembro de 2018 é o valor contábil de contas a receber apresentado na nota explicativa 7.

A Companhia possui políticas de crédito diferenciadas para clientes no Mercado Interno e Clientes Terceiros no Exterior.

No mercado interno, o volume de negócios está concentrado em varejistas, distribuidores e atacadistas que trabalham com um modelo de compra a prazo e para atuar neste mercado é necessária a definição / atribuição de limites de crédito. Para definição do limite adequado são considerados os seguintes fatores: pesquisa no mercado sobre empresa, análise dos dados econômico-financeiros e avaliação do histórico interno com a Companhia. Estes limites são revisados periodicamente e em alguns casos são necessárias garantias reais, cartas de fiança ou fianças bancárias para atribuição do limite.

No mercado externo, as vendas realizadas para Clientes Terceiros são feitas quase em sua totalidade mediante pagamento antecipado ou carta de crédito. Exceções são avaliadas pela administração.

Em ambas as políticas, existem alçadas definidas que variam de acordo com os diferentes níveis hierárquicos / valores e que servem para concessão, alteração ou manutenção dos limites de crédito para cada cliente.

A mensuração da provisão para perda esperada de crédito esta descrita na nota explicativa 7.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

A Companhia mantém o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição específica. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito era o valor contábil de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, apresentados na nota explicativa 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A nota explicativa 30.4 demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

30.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")

A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, referentes às unidades de negócio de Artigos Esportivos e Sandálias. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial. Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que, em sua maioria, são vendidas em dólares.

O volume de exportações e recebimentos em moeda estrangeira é superior ao volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição exportadora é maior do que a posição importadora, ou seja, possui um risco de perda se houver queda na taxa de câmbio.

Além disso, a Companhia poderá eventualmente contratar derivativos cambiais contra o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira (por exemplo, Nota de Crédito de Exportação (NCE), Pré Pagamento de Exportação (PPE), entre outras).

Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Estas operações visam proteger os impactos da variação cambial sobre as importações e exportações.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia descontinuou em 31 de dezembro de 2017 a contabilidade de *hedge ("hedge accounting"*) para todas as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF, tendo como objeto de *hedge* exportações de sandálias, importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis.

Hedge de valor justo

A Companhia adota a contabilidade de hedge ("hedge accounting") para as operações com instrumentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

financeiros derivativos do tipo *Swap*, tendo como objeto de *hedge* o risco da flutuação do câmbio sobre dívidas contraídas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, por meio da controlada Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. possuía uma posição de instrumentos financeiros derivativos do tipo *Swap* designados como "hedge" de dívidas em moeda estrangeira, captadas por meio de Linha Externa 4131, com vencimento em 16 de agosto de 2019. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com o valor presente na data de liquidação.

O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2018 segue no quadro abaixo:

		31/12/2018		31/12/2017		
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
Swap	_	850	_	785		

As operações de *hedge* de valor justo de empréstimos em moeda foram avaliadas como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2018 e estão classificadas liquido do objeto de *hedge*, conforme demonstrado na nota explicativa 16.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado apurado nas operações de *swap* foi de perda de R\$ 2.064 (em 2017 ganho de R\$ 415) e estão apresentados líquidos da respectiva despesa de juros dos empréstimos objeto de *hedge*.

Outros instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui outros instrumentos financeiros derivativos (NDF, contrato de opção de compra e opção de venda), que não foram elegidos para aplicação da contabilização de *hedge* conforme CPC 48/IFRS 9 — Instrumentos financeiros, cujos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dessas operações são registradas no resultado do exercício.

Os saldos registrados no balanço estão apresentados a seguir:

				Controladora
		31/12/2018		31/12/2017
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
NDF – "Non Deliverable Forward" (Valor justo - MTM)	466	13	-	587
Opção de compra e opção de venda		5.275		
Total	466	5.288		587
				Consolidado
		31/12/2018	-	31/12/2017
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
NDF – "Non Deliverable Forward" (Valor justo - MTM)	1.136	13		587
Opção de compra e opção de venda (i)		5.275		
Total	1.136	5.288	_	587

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

(i) Refere-se ao saldo líquido da opção de compra de R\$ 60.369 e da opção de venda de R\$ 55.094 relacionado à operação descrita nota explicativa 1.3.

Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$(7.222) em Receitas/Despesas financeiras, vide nota explicativa 28.

30.4. Maturidade de passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores futuros estimados são demonstrados a seguir:

					31/12/2018
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Passivos financeiros:					
Obrigações por arrendamento financeiro	14	-	-	-	14
Empréstimos e financiamentos	382.244	153.526	76.512	638	612.920
Empréstimos e financiamentos (encargos)	31.236	17.224	4.107	12	52.578
Fornecedores	449.069		<u> </u>	<u> </u>	449.069
Total	862.563	170.750	80.619	650	1.114.581
					31/12/2017
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Fluxo futuro
Passivos financeiros:	ano	41103	anos	41103	Tidxo ididio
Obrigações por arrendamento financeiro	92	-	-	_	92
Empréstimos e financiamentos	408.849	237.118	87.584	_	733.551
Empréstimos e financiamentos (encargos)	40.512	40.783	8.746	_	90.041
Fornecedores	388.112	-	-	-	388.112
Total	837.565	277.901	96.330	-	1.211.796

30.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos Posição financeira líquida	540.938 (612.934) (71.996)	706.353 (733.643) (27.290)
Patrimônio líquido	2.469.838	2.264.389

30.6. Exposição cambial

A Companhia está exposta a variação do dólar norte-americano. Para as controladas no exterior, não há risco de exposição de moeda visto que os ativos e passivos monetários estão mantidos nas moedas funcionais de cada localidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:				
Recebíveis de exportação	30.392	32.715	30.392	32.715
Contas a receber de clientes	134.896	80.122	134.896	80.122
Total do ativo	165.288	112.837	165.288	112.837
Passivo:				
Fornecedores	50.285	50.756	50.285	50.756
"Royalties" a pagar	5.233	1.197	5.233	1.197
Empréstimos	-	-	33.756	30.936
Total do passivo	55.518	51.953	89.274	82.889
Exposição líquida	109.770	28.169	76.014	29.948
Instrumentos financeiros derivativos	(16.648)	(29.772)	(16.648)	(29.772)
Total da exposição para fins de análise				•
de sensibilidade	93.122	(1.603)	59.366	(176)

30.7. Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, bem como das opções.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Classificação contábil e valores justos

Em 31 de dezembro de 2018		Valor conta	ábil			Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	342.557	-	176.225	518.782	_	518.782	518.782
Aplicações financeiras	22.156	-	-	22.156	-	22.156	22.156
Instrumentos financeiros derivativos	466	-	466	466	-	466	466
	365.179		176.691	541.404	-	541.404	541.404
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Contas a receber de clientes	-	-	975.562	975.562	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	32.911	32.911	-	-	-
	-		1.008.473	1.008.473	-		-
Em 31 de dezembro de 2018		Valor con	tábil			Valor justo	
<u> </u>	Valor justo	Valor justo -				•	
	por meio do resultado	Instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Empréstimos e financiamentos	32.555	-	-	32.555	32.555	-	32.555
Instrumentos financeiros derivativos	5.288	850		6.138	6.138	<u> </u>	6.138
	37.843	850		38.693	38.693	-	38.693
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
valor justo	_	-	580.379	580.379	580.249	-	580.249
	- -	-	580.379 9.778	580.379 9.778	580.249 -	- -	580.249 -
valor justo Empréstimos e financiamentos	-				580.249 - -	- - -	580.249 - -

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2017		Valor contá	bil			Valor justo	
<u> </u>	Valor justo por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras	488.007 77.115	-	141.231 -	629.238 77.115	-	629.238 77.115	629.238 77.115
, ,	565.122	<u> </u>	141.231	706.353		706.353	706.353
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Contas a receber de clientes	-	-	911.541	911.541	-	-	-
Outras contas a receber		<u> </u>	60.999 972.540	60.999 972.540	<u> </u>	<u> </u>	<u>-</u>
			aáb:I			Valor iuoto	
Em 31 de dezembro de 2017		Valor con	labii			vaioi justo	
Em 31 de dezembro de 2017	Valor justo por meio do resultado	Valor con Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total	Nível 2	Valor justo Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	por meio do	Valor justo - Instrumentos	Custo	Total	Nível 2	•	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos	por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Custo	30.936	30.936	•	30.936
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	por meio do resultado	Valor justo - Instrumentos	Custo			•	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros não mensurados ao	por meio do resultado 30.936 587	Valor justo - Instrumentos de hedge	Custo	30.936 1.372	30.936 1.372	•	30.936 1.372
Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros não mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos	por meio do resultado 30.936 587	Valor justo - Instrumentos de hedge	Custo amortizado	30.936 1.372 32.308	30.936 1.372	•	30.936 1.372
Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros não mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Obrigações negociadas de controlada	por meio do resultado 30.936 587	Valor justo - Instrumentos de hedge	Custo amortizado	30.936 1.372 32.308 702.707 23.689	30.936 1.372	•	30.936 1.372
Passivos financeiros mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Passivos financeiros não mensurados ao valor justo Empréstimos e financiamentos	por meio do resultado 30.936 587	Valor justo - Instrumentos de hedge	Custo amortizado	30.936 1.372 32.308	30.936 1.372	•	30.936 1.372

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

30.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Em 31 de dezembro de 2018 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

			Cenário de Alta	Cenár	io de Baixa
	Cenário Provável	25 %	50%	25%	50%
Impactos da variação no dólar					
norte-americano	304	000	152	(228)	(4.50)
Recebíveis de exportação	• • •	228		(- /	(152)
Contas a receber de clientes	1.349	1.012	675	(1.012)	(675)
Fornecedores	(503)	(377)	(252)	377	252
Royalties	(52)	(39)	(26)	39	26
Empréstimos	(338)	(2 5 4)	(169)	254	169
Impacto no resultado	760	570	380	(570)	(380)
Instrumentos financeiros derivativos	338	254	169	(254)	(169)
Impacto líquido no resultado	1.098	824	549	(824)	(549)

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia considera como cenário provável, uma desvalorização do real em 1% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio futura de R\$3,90 para 31 de dezembro de 2018, baseada em referências de mercado.

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período do relatório.

A análise considera os ativos e passivos financeiros da Controladora ao final do período e projeta as receitas e despesas financeiras calculadas sobre esse saldo. São utilizados três cenários, sendo o provável a curva de juros futuros com data base de 31 de dezembro de 2018. Para o cenário possível, foi assumida uma queda de 25% sobre a curva de juros futuros. Já no cenário remoto consideramos uma queda de 50%, também sobre a curva de juros futuros de 31/12/2018.

Em 31 de dezembro de 2018, 100% das aplicações estavam indexadas ao CDI. Os empréstimos eram compostos de 68% de saldo atrelado à curva de juros variáveis e 32% do saldo atrelado à taxa fixa ou TJLP acrescida de um *spread* fixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

		Ganho/(Perda)	
	Cenário	Cenário	Cenário
lancata de conte a a de terro de trons	provável	possível	remoto
Impactos da variação da taxa de juros			
Receita de aplicações financeiras	22.763	17.072	11.381
Despesas de juros sobre empréstimos	(20.318)	(16.320)	(12.291)
Impacto total no resultado	2.445	752	(910)
31. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO			31/12/2018
Consolidado	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2016
	- ON	- PN (a)	Total
Denominador Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
N			
Numerador – Básico / Diluído Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	161.337	162.704	324.041
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação básico/diluído total	0,6678	0,7347	0,6998
			31/12/2017
Operações continuadas	Ordinárias	Preferenciais	T.1.1
Denominador	- ON	- PN (a)	Total
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação % de ações em relação ao total	241.608.525 52,18%	221.444.849 47,82%	463.053.374 100,00%
% de ações em relação ao lotal	32,1076	47,0276	100,0076
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	175.374	176.860	352.234
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Lucro líquido do exercício por ação básico/diluído total	0,7259	0,7987	0,7607
	5,1 = 55	-,	
Operações descontinuadas	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2017
<u>- орогафово восовтипаваца</u>	- ON	- PN (a)	Total
Denominador	041 COO EE1	000 041 000	470 440 777
Média ponderada da quantidade de ações total Quantidade de ações em tesouraria ponderada	241.608.551 (26)	228.841.226 (7.396.377)	470.449.777 (7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
N			
Numerador – Básico / Diluído Prejuízo do exercício por ação básico/diluído total	(834)	(840)	(1.674)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Prejuízo do exercício por ação básico/diluído total	(0,0035)	(0,0038)	(0,0036)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

			31/12/2017
Consolidado	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(26)	(7.396.377)	(7.396.403)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
% de ações em relação ao total	52,18%	47,82%	100,00%
Numerador – Básico / Diluído			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	174.542	176.020	350.562
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.525	221.444.849	463.053.374
Lucro do exercício por ação básico/diluído total	0,7224	0,7949	0,7571

⁽a) As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias.

32. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

32.1 Arrendamentos operacionais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média entre 3 e 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (II) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado totalizaram R\$98.527 (R\$80.162 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2018, totalizam um montante mínimo fixo de R\$ 443.803, assim distribuídos:

2019	111.932
2020	100.518
2021	87.040
2022	77.232
2023	67.081
Total	443.803

Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente.

32.2 Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 10.195 MWh, equivalente a R\$ 1.775, podendo ser alterado com prazo

Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de efetuar a cobertura de seguros para os bens do imobilizado e estoques sujeitos a risco de incêndio, pelo valor de reposição técnica e para cobertura de lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguro no consolidado, eram consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2019 a Companhia efetuou a venda de ativos, incluindo Equipamentos e Propriedade Industrial, relacionados ao seu negócio de botas profissionais vendidas sob a marca Sete Léguas, pelo valor de R\$ 5.097. A Companhia manterá a produção e fornecimento de produtos por um período de até 18 meses.

Como consequência da transação, a Companhia deixará de atuar no segmento de botas profissionais.